



**UEPB**  
**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA**  
**CAMPUS VI-POETA PINTO DO MONTEIRO**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E EXATAS**  
**CURSO DE LETRAS HABILITAÇÃO EM LÍNGUA ESPANHOLA**

**MARÍLIA MARTINS**

**PREPARAR PARA ENSINAR: OS DESAFIOS NA FORMAÇÃO INICIAL  
DOCENTE PARA O ENSINO DE ESPANHOL PARA SURDOS**

**MONTEIRO - PB**  
**2025**

MARÍLIA MARTINS

PREPARAR PARA ENSINAR: OS DESAFIOS NA FORMAÇÃO INICIAL DOCENTE  
PARA O ENSINO DE ESPANHOL PARA SURDOS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à coordenação do Curso de Letras habilitação em Língua Espanhola do Centro de Ciência Humanas e Exatas/CCHE da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de licenciada em Letras – Espanhol.

**Orientadora:** Profa. Esp. Kívia Karla de Figueiredo Marinho

MONTEIRO-PB  
2025

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto em versão impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que, na reprodução, figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

M386p Martins, Marília.

Preparar para ensinar [manuscrito] : os desafios na formação inicial docente para o ensino de espanhol para surdos / Marília Martins. - 2025.

82 f. : il. color.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Letras espanhol) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Humanas e Exatas, 2025.

"Orientação : Prof. Esp. Kivia Karla de Figueiredo Marinho, Coordenação do Curso de Letras - CCHE".

1. Formação docente. 2. Língua Brasileira de Sinais (Libras). 3. Ensino de língua espanhola. I. Título

21. ed. CDD 419

**MARÍLIA MARTINS**

**PREPARAR PARA ENSINAR: OS DESAFIOS NA FORMAÇÃO INICIAL  
DOCENTE PARA O ENSINO DE ESPANHOL PARA SURDOS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à coordenação do Curso de Letras habilitação em Língua Espanhola da do Centro de Ciência Humanas e Exatas/CCHE da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de licenciada em Letras – Espanhol.

Aprovada em: 30/05/2025.

**BANCA EXAMINADORA**

Documento assinado eletronicamente por:

- **Maria da Conceição Almeida Teixeira** (\*\*\*.134.794-\*\*), em **11/06/2025 09:21:38** com chave **9fe2e8d446be11f087ad1a7cc27eb1f9**.
- **Kivia Karla de Figueiredo Marinho** (\*\*\*.318.934-\*\*), em **10/06/2025 17:01:20** com chave **adb362ba463511f09fe31a1c3150b54b**.
- **Iara Cristine Rodrigues Leal Lima** (\*\*\*.281.434-\*\*), em **10/06/2025 19:35:50** com chave **42eed822464b11f08c871a7cc27eb1f9**.

Documento emitido pelo SUAP. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QrCode ao lado ou acesse [https://suap.uepb.edu.br/comum/autenticar\\_documento/](https://suap.uepb.edu.br/comum/autenticar_documento/) e informe os dados a seguir.

**Tipo de Documento:** Folha de Aprovação do Projeto Final

**Data da Emissão:** 11/06/2025

**Código de Autenticação:** 035433



## AGRADECIMENTOS

A Deus por me dar força, coragem e sabedoria de seguir em frente e chegar até aqui. Não foi fácil, foi um percurso cheio de desafios, batalhas comigo mesma, foi desafiador e ao mesmo tempo “leve”, por ter pessoas ao meu lado me encorajando a cada momento, o que tornou o percurso mais prazeroso.

Aos meus pais, Alcides (*In memoriam*) e Rosa, ambos agricultores do interior de Pernambuco. Pela força e determinação da minha mãe quando soube que tinha passado na universidade aqui em Monteiro, e ao meu pai que deixou um legado de ensinamentos e hoje estaria orgulhoso do meu caminho acadêmico.

Ao meu esposo Paulo Vinícius, que esteve ao meu lado escutando meu desabafo, estresse e principalmente choro nos dias cansativos, minhas ideias sobre a pesquisa, ele foi um braço forte nessa jornada, até o dia que o abençoado resolveu vender o notebook, onde fiquei louca sem saber como terminar a pesquisa. Assim agradeço a meu cunhado Mateus Nogueira por ceder seu computador, mesmo nos dias que tinha que usar para resolver assuntos da igreja.

A meus amigos, em especial a Anne Andrade e Thiago Lauritzen, por fazerem parte desse percurso e dividirem os sonhos e objetivos de vida, eles foram fundamentais para não enlouquecer sozinha. Foram meus braços nos dias cansativos e com eles era mais leve e divertido, até nos dias que os dois se estressam um com o outro, sobre assuntos sérios da sociedade, quando estava triste e desmotivada eles me motivaram a seguir, hoje sou grata a Deus por colocar eles na minha vida.

Aos professores da área da inclusão, aqueles que já saíram e aqueles que ainda permanecem na instituição, foram vocês que me fizeram seguir por esse caminho desafiador e encantador, foram vocês que fizeram com que minha formação fosse para o lado da inclusão dos alunos e pessoas no geral com deficiência, tenho certeza que cada palavra e ensinamento que foram passados por vocês estão em minha vida pessoal e profissional, o meu mais profundo agradecimento por mostrar o mais lindo caminho que eu poderia escolher para finalizar minha trajetória acadêmica.

E com grande carinho a minha orientadora, que no momento mais difícil na qual estava desvinculando de outra orientação ela aceitou me orientar, e posso dizer que a senhora foi uma das pessoas que tornou algo cansativo que é o TCC em algo leve, tranquilo, a cada orientação eu tinha certeza do que queria, a senhora me mostrou um lindo caminho na disciplina de Libras, mostrou com toda dedicação como é lecionar,

principalmente uma cadeira com um peso tão importante que a Libras. Me encorajou com cada palavra de apoio, e quando falava que minha escrita estava boa, eu pulava de alegria por dentro, igual criança quando ganha pirulito, minha admiração, carinho e agradecimento a senhora que levarei comigo.

Muito Obrigada!!!

“Eu nasci com a voz em minhas mãos”  
Kethryn Lomer (2020)

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	<b>10</b>
<b>1 A EDUCAÇÃO DOS SURDOS</b> .....	<b>14</b>
1.1 HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DOS SURDOS NO MUNDO E NO BRASIL .....	14
2.2 CULTURA E IDENTIDADE SURDA .....	24
2.3 EDUCAÇÃO BILÍNGUE/ BILINGUISMO .....	30
2.4 LEGISLAÇÃO BRASILEIRA PARA AS PESSOAS SURDAS.....	35
2.5 LIBRAS VERSUS LSE.....	38
<b>3 FORMAÇÃO INICIAL DOCENTE</b> .....	<b>41</b>
3.1 POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS NA FORMAÇÃO INICIAL INCLUSIVA.....	41
3.2 FORMAÇÃO CONTINUADA E SUAS LACUNAS .....	46
3.3 OS DESAFIOS NA FORMAÇÃO INICIAL DOCENTE .....	52
3.4 EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA FORMAÇÃO INICIAL DOCENTE NO ENSINO DE LE .....	55
<b>4 PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS</b> .....	<b>62</b>
4.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA.....	62
4.2 CONTEXTO E COLABORADORES DA PESQUISA.....	63
4.3 PROCESSO DE GERAÇÃO DE DADOS .....	64
<b>5 ANÁLISES E DISCUSSÕES</b> .....	<b>66</b>
5.1 PERFIL DOS PARTICIPANTES .....	66
5.2 CATEGORIA 1: DIFICULDADES VIVENCIADAS NA DISCIPLINA DE LIBRAS .....	68
5.3 CATEGORIA 2: PERCEPÇÃO SOBRE A FORMAÇÃO RECEBIDA .....	69
5.4 CATEGORIA 3: RELEVÂNCIA DA LIBRAS PARA A FORMAÇÃO DOCENTE .....	70
5.5 CATEGORIA 4: SENTIMENTO DE (IN)CAPACIDADE PARA ATUAR COM ALUNOS SURDOS.....	71
<b>6 CONCLUSÃO</b> .....	<b>74</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>76</b>
<b>APÊNDICE A- QUESTIONÁRIO APLICADO AOS COLABORADORES</b> .....	<b>81</b>
<b>APÊNDICE B- TERMO DE CONSENTIMENTO AOS COLABORADORES</b> .....	<b>82</b>

## RESUMO

A formação de professores para o ensino de Línguas Estrangeiras (LE) no contexto da educação inclusiva ainda enfrenta diversos desafios, especialmente quando envolve o ensino de Espanhol para pessoas surdas. Diante disso, esta pesquisa tem como objetivo geral analisar os desafios enfrentados pelos licenciados do curso de Licenciatura Plena em Língua Espanhola no processo de aprendizagem da Língua Brasileira de Sinais (Libras) durante sua formação inicial, perpassando também os desdobramentos dessas dificuldades na formação continuada. Entre os objetivos específicos, destacam-se: 1) identificar as principais dificuldades encontradas na aprendizagem da Libras; 2) analisar os obstáculos enfrentados na execução das atividades propostas na disciplina; e 3) examinar a percepção dos discentes da Universidade Estadual da Paraíba-UEPB sobre a relevância dessa formação em sua futura prática docente. Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, com caráter exploratório e descritivo. A geração de dados ocorreu por meio de um questionário composto por perguntas discursivas, aplicado a licenciandos e egressos do curso de licenciatura em Letras-Espanhol. A fundamentação teórica está ancorada em autores que discutem a formação docente e a educação de surdos, como Oliveira (2021), que trata do ensino de espanhol para surdos e da formação inicial docente; Perlin (1998), acerca da cultura e identidade surda; e Strobel (2009), sobre a história da educação de surdos; entre outros. Os dados obtidos oferecem pistas importantes sobre como a Libras tem sido compreendida e experienciada pelos futuros professores de Espanhol, revelando aspectos que merecem maior atenção por parte das instituições formadoras. As reflexões desenvolvidas ao longo do trabalho apontam para a necessidade de repensar práticas formativas que realmente preparem os licenciados para uma atuação inclusiva, abrindo caminhos para o aprofundamento da discussão sobre o ensino de línguas para surdos.

**Palavras-chave:** formação docente; Libras; ensino de espanhol.

## RESUMEN

La formación docente para la enseñanza de Lenguas Extranjeras (LE) en el contexto de la educación inclusiva aún enfrenta varios desafíos, especialmente cuando se trata de la enseñanza del español a personas sordas. Ante esto, el objetivo general de esta investigación es analizar los desafíos que enfrentan los egresados de la Licenciatura en Lengua Española en el proceso de aprendizaje de la Lengua de Signos Brasileña (Libras) durante su formación inicial, abarcando también las consecuencias de estas dificultades en la formación continua. Entre los objetivos específicos se destacan los siguientes: 1) identificar las principales dificultades encontradas en el aprendizaje de Libras; 2) analizar los obstáculos encontrados en la realización de las actividades propuestas en la disciplina; y 3) examinar la percepción de los estudiantes de la universidad Estatal de la Paraíba-UEPB, sobre la relevancia de esta formación en su futura práctica docente. Se trata de una investigación con enfoque cualitativo, de carácter exploratorio y descriptivo. La generación de datos ocurrió a través de un cuestionario compuesto por preguntas discursivas, aplicado a estudiantes de pregrado y posgrado del curso de lengua-española. La fundamentación teórica está anclada en autores que discuten la formación docente y la educación de personas sordas, como Oliveira (2021) que aborda la enseñanza de español para personas sordas y la formación inicial docente; Perlin (1998), sobre la cultura y la identidad de los sordos; y Strobel (2009) sobre la historia de la educación de los sordos; entre otros. Los datos obtenidos ofrecen pistas importantes sobre cómo Libras ha sido entendido y vivido por los futuros profesores de español, revelando aspectos que merecen una mayor atención por parte de las instituciones formadoras. Las reflexiones desarrolladas a lo largo del trabajo apuntan a la necesidad de repensar prácticas de formación que realmente preparen a los egresados para la acción inclusiva, abriendo caminos para profundizar la discusión sobre la enseñanza de lenguas para personas sordas.

**Palabras clave:** formación docente; Libras; enseñanza de español.

## LISTA DE ABREVIações E SIGLAS

BNCC - Base Nacional Comum Curricular

CE - Comissão de Educação

CBDS - Confederação Brasileira de Desportos de Surdos

ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente

FENEIDA - Federação Nacional de Educação e Integração dos Deficientes Auditivos

FENEIS- Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos

INES - Instituto Nacional de Educação de Surdos

LSE - Língua de Sinais Espanhola

LE - Língua Estrangeira

Libras - Língua Brasileira de Sinais

LDB – Lei de Diretrizes e Bases

NEEs - Necessidades Educacionais Especiais

OEBI - Organização das Escolas Bilingue de São Paulo

ONU - Organização das Nações Unidas

Obeduc - Observatório da Educação

PIBID - Programa de Aperfeiçoamento Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência

Parfor - Plano Nacional de Professores da Educação Básica

## 1 INTRODUÇÃO

Um dos maiores desafios no meio educacional é incluir os alunos com deficiência no cotidiano escolar, nesse caso alunos Surdos, visto que, a maioria dos docentes não está apta ou não tem habilidades específicas como, por exemplo, ter o conhecimento da Língua Brasileira de Sinais (Libras) ou a destreza em criar recursos didáticos para repassar o seu conhecimento a tal. É evidente também que a formação inicial e continuada tem um peso significativo na atuação do professor em sala de aula, pois é essa formação que irá garantir o bom desempenho do profissional.

É importante ressaltarmos que essa formação inicial passou por diversos percalços, transformações e grandes dilemas como as relações docente e discente, o domínio de conteúdos, o despreparo para sala de aula entre outros pontos. Esses dilemas ocorreram no decorrer dos séculos, fazendo com que o docente em atuação ou futuro professor procure moldar-se a cada mudança na educação, de acordo da perspectiva freiriana.

Por isso, o objetivo central deste estudo é analisar os desafios enfrentados pelos licenciados do curso de Licenciatura Plena em Letras Língua Espanhola da Universidade Estadual da Paraíba-UEPB, no processo de aprendizagem da Libras durante sua formação inicial, perpassando assim para a continuada, os desafios mencionados anteriormente passaram a ser discutidos no decorrer da pesquisa.

A pesquisa aborda pontos importantes sobre essa formação inicial, como mencionado anteriormente, a) buscando identificar as principais dificuldades enfrentadas pelos licenciados em Língua Espanhola na aprendizagem da Libras durante sua formação inicial e pontos que dificultam não só a prática docente quanto o ensino/aprendizagem.

b) Analisaremos os desafios encontrados pelos discentes na execução das atividades propostas na disciplina de Libras, considerando sua complexidade, metodologia e aplicabilidade; neste ponto iremos ver como as atividades podem interferir no ensino para Surdos assim como a metodologia utilizada e, por fim, c) vamos examinar a percepção dos licenciados sobre a relevância da disciplina de Libras em sua formação e atuação profissional, feita através de um formulário online, o *Google Forms*, disponibilizado pela plataforma Google.

Posto isto, é importante salientar que a formação inicial de professores é um processo fundamental para a qualificação docente, especialmente quando se trata do ensino de línguas para estudantes surdos. No contexto da Licenciatura em Língua Espanhola, a disciplina de Libras, que é obrigatória devido o Decreto 5.626/2005, a qual explicaremos mais adiante, representa um desafio significativo para os discentes, pois, além de lidar com uma nova língua visual-espacial, L2 para ouvinte, precisam compreender as especificidades do ensino bilíngue para Surdos. No entanto, observa-se que muitos licenciandos encontram dificuldades tanto na aprendizagem da Libras quanto na aplicação desse conhecimento em sua futura prática pedagógica referente aos conteúdos hispânicos.

A escolha desse tema surge da inquietação vivenciada ao longo da graduação, diante das barreiras enfrentadas pelos discentes na disciplina de Libras e da falta de preparo efetivo para o ensino do Espanhol, como Língua Estrangeira (LE), para os alunos surdos. A realização de atividades práticas, a complexidade dos conteúdos abordados e a falta de familiaridade com a comunidade surda são alguns dos desafios que impactam a formação desses futuros docentes. Assim, investigar essas dificuldades torna-se essencial para compreender os entraves no processo de ensino-aprendizagem e, conseqüentemente, contribuir para melhorias na formação inicial docente.

A pesquisa está estruturada em dois capítulos teóricos. O primeiro capítulo tem o tópico *1.1. História da Educação de Surdos no Mundo e no Brasil*, que ressalta toda trajetória dos surdos desde o surgimento das primeiras escolas, tendo como figura emblemática nessa história o monge beneditino Pedro Ponce de León (1510-1584), fundador da primeira escola para Surdos, e o teórico Charles Michel de L'Épée (1712-1789), julgado por acreditar que as pessoas surdas tinham competências em aprender.

Em seguida no tópico *1.2. Cultura e Identidade Surda*, abordaremos o conceito de cultura em sociedade, o que ela representa para os surdos no meio social e como a veem, assim como as identidades, abordando a famosa teórica Perlin (1998), que destrincha cada identidade com seus conceitos, nesse mesmo tópico iremos abordar os tipos de Surdez, desde a mais leve até a mais severa.

No tópico *1.3. A Inclusão dos Surdos no Ambiente Educacional* visa à inclusão dos alunos Surdos nas escolas, e como os profissionais devem inserir esses alunos

no convívio escolar com os demais, perpassando assim os direitos dos Surdos em sociedade.

No tópico *1.4. Educação Bilíngue/ Bilinguismo* abordaremos o conceito e a implementação do bilinguismo, assim como leis importantes para a luta do reconhecimento do Surdo em nossa sociedade, abordando a importância do Tradutor/Intérprete de Libras (TILS) como “*apoio*”<sup>1</sup> em sala de aula.

Por fim temos os tópicos *1.5 Legislação* apontando as principais leis que asseguram os direitos dos Surdos na sociedade, a criação de decretos e a Declaração de Salamanca (1996).

No último tópico, *1.6. Libras versus LSE*, buscamos apresentar diferenças e semelhanças entre a Libras e a LSE (Língua de Sinais Espanhola) abordando a lei que reconhece a Libras como língua oficial para comunidade Surda no Brasil.

No segundo capítulo tratamos sobre a formação inicial docente, baseando-se em Nascimento (2000), Pimenta (2002), Candau (1997), Libâneo (2004). No tópico *2.1. Políticas Públicas Educacionais na Formação Inicial Inclusiva*, buscamos abarcar as políticas usadas no contexto educacional para incluir as pessoas com deficiência de modo que todos se sintam no mesmo nível, apontaremos a Lei 4.042/61 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, lei que garantiu uma educação de qualidade para os surdos.

Em seguida, no *2.2. Formação continuada e suas lacunas*, abordamos como os futuros profissionais buscam o seu aperfeiçoamento para melhorar a prática em sala de aula e no tópico *2.3. Os desafios na formação inicial docente* explanaram pontos como: O aperfeiçoamento da formação, os programas de capacitação, o avanço da educação/ensino entre outros, expondo os meios que os docentes devem seguir para uma boa formação.

Por fim, no tópico *2.4, "Educação Inclusiva na Formação Inicial Docente no Ensino de Língua Estrangeira (LE)"*, a pesquisa busca evidenciar como a educação, sob a perspectiva inclusiva, envolve diretamente a atuação do docente, que deve ser capaz de conduzir sua prática de forma a incluir todos os alunos, sem qualquer distinção. Além disso, destaca-se a importância de superar as barreiras culturais,

---

<sup>1</sup> Optamos pelo uso do termo 'apoio' neste trecho da pesquisa, cientes, contudo, da relevância e do verdadeiro papel desempenhado pelo Tradutor e Intérprete de Língua de Sinais (TILS) no contexto educacional, que iremos destrinchar ao longo da pesquisa. Ressaltamos que, embora sua função seja fundamental para a mediação comunicativa, a maior parte da sociedade, infelizmente, ainda tende a percebê-lo como um mero apoio pedagógico ou como cuidador da pessoa surda.

especialmente no contexto do ensino de uma nova língua, neste caso a Língua Espanhola, promovendo um ambiente educacional mais acessível e equitativo para todos.

O estudo contribui para o docente que visa ter uma formação voltada para um olhar inclusivo do aluno com surdez ou demais deficiências, sobretudo na formação inicial que é o pontapé de sua carreira e na contínua, que irá realmente lhe colocar na prática em sala de aula, apresentando assim novos horizontes aos alunos, com o ensino de uma nova língua.

Em vista disso, esta discussão apresentou pontos relevantes para aqueles que atuam no campo educacional, especialmente os futuros docentes, destacando o viés inclusivo da pesquisa e evidenciando a necessidade de que o profissional mantenha um olhar atento às transformações educacionais, em articulação com os demais agentes, como a família, a escola e a sociedade.

Após a exposição e o desenvolvimento dos dois capítulos teóricos e de seus respectivos tópicos, seguem-se os capítulos dedicados à metodologia, à análise e às discussões dos dados, culminando com a elaboração das considerações finais. Convidamos, assim, a prosseguir com a leitura, a fim de compreender de forma mais aprofundada os procedimentos metodológicos adotados, bem como as reflexões e interpretações construídas a partir dos dados obtidos, que enriquecem e fundamentam as conclusões desta pesquisa.

## 1 O SURDO NA SOCIEDADE

Neste capítulo iremos abordar a longa trajetória da história da educação dos surdos no mundo e no Brasil, apontando os pioneiros que lutaram e lutam pelos surdos e, conseqüentemente, a vinda das primeiras escolas para surdos no Brasil. Além de abordar o congresso de Milão, que foi um marco na vida dos Surdos, no próximo tópico iremos expor sobre a cultura e identidade surda abarcando pontos como os tipos de identidade e os tipos de Surdez, além de apresentar como surgiu a cultura e identidade no mundo e qual sua importância para os surdos.

Seguiremos falando sobre o ensino bilíngue e o bilinguismo para Surdos, um ponto bastante importante para a construção da pesquisa. Por fim, iremos destrinchar sobre a legislação, apontando as principais leis que abarcam a vida do surdo e seus direitos, como também a Libras *versus* LSE - Língua de Sinais Espanhola, deixando em evidência suas diferenças e sua importância no ensino/aprendizagem para o aluno Surdo.

### 1.1 HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DOS SURDOS NO MUNDO E NO BRASIL

Tendo em vista o cenário dos Surdos em nossa sociedade, podemos observar que sua trajetória durante os séculos não foi tão fácil como imaginamos. Neste capítulo vamos adentrar na história dos Surdos, desde a idade média até os dias atuais no Brasil, apresentando fatos históricos importantes para o povo Surdo, que desde sempre lutou para ter um espaço digno em nossa sociedade.

Para começarmos essa história temos que entender que os povos Surdos nunca tiveram o seu lugar na civilização, assim na idade antiga, por volta de 476. d.C., em Roma os Surdos eram castigados, pois para a sociedade eles eram enfeitados, e por isso aqueles que tinham a surdez eram submetidas a absurdos como serem arremessados no Rio Tigre ou escravizados, nessa época a palavra da bíblia era muito poderosa e por isso as pessoas tinham em suas mentes que o povo Surdo era castigado por ter essa deficiência.

Em Roma não aceitavam os sujeitos surdos, porque achavam que eram sujeitos castigados ou enfeitiçados, então os abandonavam ou eliminavam fisicamente - jogando-os no rio Tíger. Só se salvam aqueles que do rio conseguiram sobreviver ou aqueles cujos pais os escondiam, mas isto era muito raro - também os faziam de escravos obrigando-os a passar toda a vida dentro do moinho de trigo empurrando a manivela (Strobel, 2008, p. 95).

Esses castigos não pararam por aí. Na Grécia, os Surdos eram considerados inválidos e, por esse motivo, condenavam-nos à morte. Aqueles que sobreviviam eram abandonados e mais uma vez escravizados, até esse ponto observa-se as barbaridades que ocorrem na história dos surdos na sociedade.

[...] Infelizmente, os Romanos herdaram dos Gregos o amor pela perfeição física, por muitos anos os recém-nascidos que apresentavam evidentes imperfeições físicas eram mortos. Em Roma, eles eram colocados na base de uma estátua nas praças principais e então devorados pelos cães. Por estes motivos, muitos historiadores pensaram que certamente nas crianças surdas não se aplica a este destino dado que, seguramente, mesmo hoje, é muito difícil fazer um diagnóstico precoce da surdez (Radutzky, 1992, p. 11 apud Strobel, 2008, p. 95).

Mudando um pouco esse cenário, ainda segundo Strobel (2008), no Egito e Pérsia os Surdos eram considerados pessoas privilegiadas e que tinham uma ligação com os deuses e por isso tinham o respeito daquele povo, entretanto eles tinham uma vida sem grandes acontecimentos, ou seja, não faziam nada.

Alguns filósofos dessa época deixaram suas contribuições para a história dos Surdos, o filósofo Heródoto, aproximadamente 484 a 420 a.C, disse que os Surdos eram “seres castigados pelos deuses” (citado em Perello, Tortosa, 1978, p. 5). Esse pensamento nos faz perceber como os Surdos sofreram na Idade Antiga e que esses tipos de narrativas perpassam séculos e são reverberados ainda hoje dando continuidade aos seus sofrimentos e alimentando o preconceito da sociedade.

Ao adentrar o período da Idade Média, compreendido entre os anos de 476 e 1453 d.C., observa-se que as pessoas surdas continuaram a ser severamente marginalizadas pela sociedade. Eram considerados indivíduos estranhos e destituídos de direitos fundamentais, sendo-lhes negadas prerrogativas básicas como o direito ao casamento, à herança e à participação política, incluindo o voto.

Na Antiguidade, a educação dos Surdos variava de acordo com a concepção que se tinha deles. Para os gregos e romanos, em linhas gerais, o Surdo não era considerado humano, pois a fala era resultado do pensamento. Logo, quem não pensava não era humano. Não tinham direito a testamentos, à escolarização e a frequentar os mesmos lugares que os ouvintes. Até o século XII, os Surdos eram privados até mesmo de se casarem (Honora, 2009, p. 19).

Dessa forma, os surdos, não tinham autonomia sobre suas próprias vidas e, em muitos casos, sequer eram reconhecidos como sujeitos plenos de direitos. Além disso, inúmeros surdos foram condenados à morte, frequentemente queimados em fogueiras, em um contexto no qual a própria existência dessas pessoas era deslegitimada e negada pela sociedade medieval.

Entrando na Idade Moderna, período compreendido entre aproximadamente 1453 e 1789 d.C., observam-se novos rumos no tratamento e na concepção social acerca das pessoas surdas. Nesse contexto, destacam-se diversos pensadores e teóricos importantes para a história da surdez, entre eles o médico e filósofo Girolamo Cardano (1501-1576).

Cardano afirmava que “a surdez não é o impedimento para desenvolver a aprendizagem e o meio melhor dos surdos de aprender é através da escrita... e que era um crime não instruir um Surdo-Mudo” (Strobel, 2008, p. 19). Tal posicionamento revela uma perspectiva progressista para a época ao reconhecer que as pessoas surdas são plenamente capazes de aprender, desde que lhes sejam assegurados os meios adequados de instrução e que a sociedade, juntamente com seus diversos agentes, assuma a responsabilidade de apoiá-las nesse processo.

Seguindo com a história dos surdos e adentrando na parte educacional, temos o monge beneditino Pedro Ponce de León (1510-1584), que criou a primeira escola para Surdos na Espanha, onde ensinava latim, grego e italiano a dois irmãos surdos de famílias importantes e abastadas daquela época. León usava o método de datilologia, da escrita e da oralização<sup>2</sup>, com o objetivo de desenvolver a aprendizagem dos surdos. Em seguida, criou a escola de surdos, porém com a decorrência de sua morte, não teve continuidade e seus trabalhos não foram expostos e nem registrados.

Com o passar do tempo foram surgindo grandes nomes, que buscavam adentrar em metodologias de ensino, como, por exemplo, Juan Pablo Bonet (1579-1823). Além de dedicar-se ao ensino de pessoas surdas segundo Braddock e Parish (2001), esse educador também publicou uma obra sobre a educação dos surdos, na qual expôs seu método oral, fundamentado nas metodologias desenvolvidas por Ponce de León.

---

<sup>2</sup> Principal meio de comunicação utilizando a língua oral (falada).

Ele foi responsável pela criação do primeiro tratado de ensino direcionado a surdos-mudos<sup>3</sup>, que se iniciava com a escrita sistematizada por meio do alfabeto. Segundo Bonet, “seria mais fácil para o Surdo aprender a ler se cada som da fala fosse substituído por uma forma visível” (Bonet, 1620 *apud* Strobel, 2008, p. 20). Esse tratado foi posteriormente editado na França, em 1620, sob o título "Redação das Letras e Artes de Ensinar os Mudos a Falar". Diante desses expostos, iremos, resumidamente, relatar outros contribuintes para a educação de surdos até chegarmos ao Brasil.

Como já dito, no decorrer da história, diversos educadores se destacaram por suas contribuições significativas para o desenvolvimento da educação de surdos. No século XVII, John Bulwer (1614-1684) foi um dos pioneiros ao defender o uso do alfabeto manual e a ideia de que “a língua de sinais era universal e seus elementos constituídos icônicos” (Strobel, 2008, p. 19). Em uma de suas obras, publicada em 1648, Bulwer afirmou que a língua de sinais possui as mesmas características da língua oral, posicionando-se favoravelmente à sua legitimidade como meio de comunicação.

Na mesma época, Johann Conrad Amman (1669-1724) destacou-se por defender o método da leitura labial como estratégia principal no ensino de surdos, enfatizando a importância da oralidade, lançou um método pedagógico muito famoso que chamou de “*Surdus Laquens*<sup>4</sup>”.

Jacob Rodrigues Pereira (1715-1780), por sua vez, tornou-se conhecido, segundo Strobel (2009), como o primeiro professor de surdos na França. Sua atuação teve início ao ajudar sua própria irmã surda a oralizar, utilizando atividades auditivas, e, posteriormente, ampliou suas práticas pedagógicas, contribuindo significativamente para a educação de surdos naquele país.

Outro importante educador foi Samuel Heinicke (1729-1790), reconhecido, também por Strobel (2009), como o pai do "Método Alemão". Heinicke foi um dos principais defensores do oralismo puro, método baseado exclusivamente na oralização, sem o uso da língua de sinais. Em 1778, fundou a primeira escola especializada nesse método, que inicialmente atendia nove alunos, representando um marco no avanço educacional para surdos.

---

<sup>3</sup> Terminologia utilizada naquela época. Atualmente, está em desuso.

<sup>4</sup> Do latim, "surdo que fala" é o título da obra de Johann Konrad Ammann, um médico suíço do século XVII, que detalha um método para ensinar surdos a falar e a ler nos lábios.

Paralelamente, Charles Michel de L'Épée (1712-1789) desempenhou um papel fundamental na valorização da língua de sinais. Ao conhecer duas irmãs surdas que se comunicavam por meio de gestos, L'Épée passou a estudar e a defender essa forma de comunicação, mesmo sendo criticado por educadores adeptos do oralismo.

Apesar das críticas, fundou a primeira escola pública para surdos, o Instituto Nacional de Surdos-Mudos de Paris, na França, em 1755, além de formar diversos professores especializados no ensino por meio da língua de sinais. Sua atuação resultou na criação de cerca de 21 escolas dedicadas à educação de surdos, consolidando sua importância histórica e a nomenclatura “Pai dos Surdos”, como é carinhosamente conhecido.

Chegando na Idade Contemporânea, destacamos novas figuras que também foram importantes. Jean Marc Itard (1774-1838) defendia a possibilidade de que pessoas surdas poderiam aprender a falar mediante treinamento contínuo, valorizando a persistência no desenvolvimento das habilidades auditivas e orais.

Por sua vez, segundo Strobel (2009), Thomas Hopkins Gallaudet (1787-1851) foi um dos grandes expoentes da educação de surdos nos Estados Unidos. Movido pela inquietação ao perceber que uma criança surda era excluída de uma brincadeira e não frequentava a escola, Gallaudet buscou, em outros países, métodos pedagógicos eficazes para a educação de crianças surdas.

Nessa jornada, conheceu o professor surdo Laurent Clerc, considerado o melhor aluno do Instituto Nacional para Surdo-Mudos, na França. De volta aos Estados Unidos, Gallaudet fundou a primeira escola para surdos em seu país, incorporando no corpo docente professores proficientes em língua de sinais, incluindo educadores surdos. Seu trabalho foi tão bem-sucedido que, posteriormente, fundou outras instituições, consolidando a educação bilíngue e contribuindo significativamente para o fortalecimento da comunidade surda. Uma delas foi a famosa *Gallaudet University*<sup>5</sup>, fundada em 1864.

Em 1855, o professor Surdo Eduardo Huet, chega ao Brasil, a convite do então imperador Dom Pedro II e, em 1857, inauguram a primeira escola para Surdos, fundada na cidade do Rio de Janeiro, e conhecida no período como “Imperial Instituto dos Mudos- Surdos”, renomeada hoje como “Instituto Nacional de Educação de Surdos – INES”, criada pela Lei nº 939/ 26 de setembro de 1857.

---

<sup>5</sup> Primeira universidade do mundo cujos programas são desenvolvidos para pessoas surdas. Está localizada em Washington, D.C., a capital dos Estados Unidos.

Foi um marco para o Brasil, pois foi nesse momento que criaram a junção da Língua de Sinais Francesa com o método usado pelos surdos no Brasil. Em 1862, o Dr. Manoel Magalhães Couto foi nomeado diretor do instituto, porém não tinha nenhuma prática com os Surdos. “Coincidentemente”, isso acontece até os dias atuais em algumas escolas no Brasil.

Ainda seguindo a linha do tempo elaborada por Strobel (2009), por volta dos anos de 1868, o INES, foi considerado como asilo de Surdos. Nisso o atual diretor foi substituído por Tobias Leite, assim obtendo mudanças significativas como por exemplo a educação de Surdos no Brasil passou a ser mais acadêmica e sistemática, impulsionando a Língua Brasileira de Sinais (Libras).

Até o momento vimos que existem diversos métodos de ensino para Surdos, criaram escolas e universidades, trabalhos importantes para a época, porém somente no ano de 1875 foi criado o primeiro dicionário de Língua de Sinais no Brasil, criado por um ex-aluno do INES, chamado Flausino José da Gama.

Avançamos, neste momento, para um episódio de extrema relevância na história da educação de surdos, embora marcado por desdobramentos negativos. Em 1880, realizou-se o Congresso Internacional de Educadores de Surdos, em Milão, evento no qual foi votada a adoção do método oral como o mais apropriado para as escolas destinadas a surdos. Como resultado, a língua de sinais foi oficialmente proibida, sob a justificativa de que os surdos apresentavam comportamentos considerados indolentes, atribuídos, de forma equivocada, ao uso da língua de sinais.

Conforme Strobel (2009), esse congresso teve muita influência de representantes do oralismo puro, os quais defendiam que o oralismo puro era para ser introduzido no ensino para surdos. Durante a votação os professores surdos foram proibidos de votar, nesse momento somente 5 votaram contra o oralismo puro e mais uma vez colocam o Surdo como inválidos.

Este congresso foi organizado, patrocinado e conduzido por muitos especialistas ouvintes na área de surdez, todos defensores do oralismo puro (a maioria já havia se empenhado muito antes de congresso em fazer prevalecer o método oral puro no ensino dos surdos). Na ocasião da votação na assembleia geral realizada no congresso, todos os professores surdos foram negados o direito de votar e excluídos, dos 164 representantes presentes ouvintes, apenas 5 dos Estados Unidos votaram contra o oralismo puro (Strobel, 2009, p.26).

Depois desse congresso tivemos diversos nomes que alcançaram um grau de aprendizado enorme, como Helen Keller que nasceu cega, surda e muda, porém não deixou que sua deficiência a impedisse de estudar, nisso ela obteve graus na universidade e publicou autobiografias, em 1932.

Outro nome forte é Antônio Pitanga, escultor Surdo, que venceu os seguintes prêmios: Medalha de prata (escultura menino sorrindo), Ouro (escultura Ícaro) e uma viagem à Europa (escultura Paraguassú).

Em 1951, tivemos a nomeação de um padre surdo, conhecido como Vicente de Paulo Penido Burnier. A data de sua nomeação, de 22 de setembro, ficou marcada em sua memória, pois ele esperava essa conquista há três anos.

Em 1957, temos um decreto imperial da Lei nº 3.198, de 6 de julho, a partir da qual o INES deixou de ser Imperial Instituto e passou a ser Instituto Nacional, com direção de Ana Rímola de Faria, que passou a proibir a língua de sinais nas salas de aula.

Em 1977, foi criada a Federação Nacional de Educação e Integração dos Deficientes Auditiva (FENEIDA), inicialmente composta apenas por pessoas ouvintes. Posteriormente, no ano de 1993, foi fundada, na cidade do Rio de Janeiro, a Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (FENEIS), que passou a substituir oficialmente a antiga FENEIDA, estabelecendo sua sede própria na mesma cidade. Por conseguinte, em 1994, foi criada, em São Paulo, a Confederação Brasileira de Desportos de Surdos (CBDS), ampliando ainda mais a organização e a representatividade da comunidade surda no Brasil, especialmente no âmbito esportivo.

Além da criação de instituições voltadas ao apoio e à educação de pessoas surdas, outras importantes conquistas foram alcançadas pela comunidade surda nas últimas décadas. Em 1997, ocorreu a implementação do recurso de *Closed Caption*<sup>6</sup>, que possibilita a inserção de legendas na televisão, sendo utilizado pela primeira vez no Brasil pela emissora Rede Globo, representando um avanço significativo no acesso à informação, dados retirados do site no artigo, "Positiva Instituto Social".

Posteriormente, em 1999, foi publicada, pela Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (FENEIS), uma revista produzida pelo desenhista surdo Silas Queirós, evidenciando o protagonismo surdo na produção cultural. Finalmente, em

---

<sup>6</sup> Tecnologia que também pode ser chamada de legenda oculta.

2006, foi criada a graduação em Letras/Libras, inicialmente implantada em nove polos universitários, marco importante que demonstra os avanços significativos no campo educacional e a valorização da formação superior para a comunidade surda no Brasil, essas informações foram retiradas dos materiais da FENEIS, como também em artigos da história da educação e cultura surda.

Até o momento vimos o quanto o começo da história dos Surdos deu reviravoltas, desde a criação de métodos educacionais até as primeiras escolas e universidades de surdos pelo mundo. Um dos pontos importantes na construção desse enredo foi ter autores importantes que lutaram e acreditaram nos Surdos, mesmo sendo criticados. Eles pensavam diferente, à frente do seu tempo, e fizeram isso em diferentes contextos históricos, usando as únicas armas que tinham: a escrita e a vontade de mudar o mundo.

Por esse motivo, a partir deste ponto, será abordado um retrocesso que não deveria ter ocorrido e que deixou marcas profundas no povo surdo, permanecendo até os dias atuais: o Congresso de Milão. Esse evento possui significativa importância para a compreensão de diversas questões que ainda hoje impactam não apenas o povo surdo, mas toda a comunidade surda, porém ambos possuem uma diferença, que seria: O povo surdo refere-se a um grupo culturalmente distinto, que compartilha história, costumes e tradição, já a comunidade surda é um grupo mais amplo que inclui tanto pessoas surdas quanto ouvintes que identificam com a cultura e os valores surdos.

O Congresso de Milão, realizado em 1880, foi um marco para a educação de surdos, promovendo o embate entre o método oralista e a língua de sinais. O evento teve como objetivo a extinção da língua de sinais no contexto educacional, promovendo o oralismo puro. Durante seis dias de deliberações, conforme Quadros; Karnopp (2004), foram aprovadas oito resoluções, todas favoráveis ao oralismo, sem a participação dos educandos surdos, que foram proibidos de votar.

Entre as decisões, destacam-se: a preferência pelo método oral em detrimento da língua de sinais, sob a justificativa de que esta prejudicava a leitura labial; a recomendação da educação governamental para surdos-mudos; e a definição de que a idade ideal para iniciar a escolarização de crianças surdas seria entre oito e dez anos. Segundo Perlin (2013), a última resolução, aprovada em 11 de setembro de 1880, determinava que os alunos deveriam ser agrupados conforme seu desempenho na fala, excluindo aqueles que não apresentassem evolução satisfatória.

Esse episódio resultou na proibição oficial da língua de sinais, levando à sua exclusão das escolas por mais de um século e provocando uma drástica redução na matrícula e na qualidade do ensino destinado aos surdos. Conforme Strobel (2008), esse cenário impulsionou a comunidade surda a se organizar e lutar pela preservação de sua língua e pelos seus direitos.

Entre os nomes que se destacam na resistência à opressão oralista está Ferdinand Berthier, professor surdo do Instituto Nacional de Jovens Surdos-Mudos de Paris, que lecionou por mais de 40 anos e produziu importantes obras em defesa da educação bilíngue e do reconhecimento social das pessoas surdas (Perlin, 2013).

Cem anos depois, nas décadas de 1980 e 1990, assim como na maioria do mundo, consolidou-se no Brasil a filosofia da Comunicação Total, que visava à ampliação dos recursos comunicativos para os surdos, incluindo fala, gesto, teatro, dança e mímica. Segundo Strobel (2008), simultaneamente surgiram movimentos que reivindicavam uma educação mais democrática e inclusiva, embora, à época, a Libras ainda não fosse reconhecida como língua.

Em 1959, ocorreu o primeiro manifesto de educadores em prol de uma educação pública de qualidade, inclusiva e democrática, que contemplasse também os surdos. Como afirma Perlin (2013), essas mobilizações tinham como objetivo pressionar o governo e sensibilizar a sociedade para a necessidade de garantir à pessoa surda o direito ao uso livre de sua língua e o pleno exercício da cidadania.

Um marco fundamental nesse processo foi a Constituição Federal de 1988, que, nos artigos 205 e 208, assegura o direito de todos à educação, consolidando a prioridade da educação inclusiva no país.

**Art. 205.** A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

**Art. 208.** O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria;

[...]

III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino

[...] (Brasil, 1988, p. 1).

Complementarmente, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), nos artigos 4, 58, 59 e 60, reforça o direito das pessoas com deficiência, incluindo os surdos, à igualdade educacional.

**Art. 4.** O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de:

[...]

III – atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, preferencialmente na rede regular de ensino.

**Art. 58.** Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

**Art. 59.** Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação:

I – currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;

II – terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências;

III – professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como formação continuada a todos os profissionais da educação;

IV – educação especial para o trabalho, visando à sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para os que apresentem uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora;

V – acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular.

**Art. 60.** Os programas de atendimento aos educandos com necessidades especiais, institucionalizados nas redes públicas de ensino, terão por objetivo a inserção pedagógica, social e cultural do educando, propiciando-lhe condições de acesso e permanência na escola e participação nas atividades escolares (Brasil, 1996, p. 20).

A partir da década de 2000, importantes avanços legislativos fortaleceram a inclusão educacional dos surdos. A Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, estabelece no artigo 18 a obrigação do poder público em formar profissionais intérpretes de Libras, escrita em braille e guias-intérpretes, para viabilizar a comunicação das pessoas com deficiência sensorial:

O Poder Público implementará a formação de profissionais intérpretes de escrita em braille, Língua de Sinais e de guias intérpretes, para facilitar qualquer tipo de comunicação direta à pessoa portadora de deficiência sensorial e com dificuldade de comunicação (Brasil, 2000, p. 2).

Posteriormente, o Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, regulamentou a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, oficializando a Libras como meio legal de comunicação e expressão da comunidade surda no Brasil. Esse decreto determinou

a obrigatoriedade do ensino de Libras nos cursos de formação de professores e o fomento à pesquisa acadêmica sobre a língua, bem como a criação do curso superior de Letras-Libras, ampliando o acesso dos surdos à educação superior (Brasil, 2005).

Segundo Sasaki (1997, p. 171), “a inclusão social é o processo pelo qual a sociedade e a pessoa com deficiência procuram adaptar-se mutuamente tendo em vista a equiparação de oportunidades e, conseqüentemente, uma sociedade para todos.” Esse princípio orienta as políticas públicas brasileiras contemporâneas voltadas à educação e à inclusão das pessoas surdas.

Em suma, a história da educação de surdos no Brasil reflete uma trajetória de resistência e conquista, desde a opressão promovida pelo Congresso de Milão até o reconhecimento legal da Libras e a promoção de uma educação inclusiva. A luta da comunidade surda, que se estende até os dias atuais, evidencia a importância das políticas públicas e das legislações que garantem direitos e consolidam a cidadania desse grupo social historicamente marginalizado. Diante desse percurso, torna-se imprescindível compreender, a seguir, a dimensão cultural e identitária da comunidade surda, aspectos que serão abordados no próximo tópico.

## 2.2 CULTURA E IDENTIDADE SURDA

Neste tópico vamos abordar o conceito de cultura e identidade Surda mostrando sua importância em nossa sociedade. Sendo assim a cultura Surda é composta por um conjunto de comportamento, crenças, tradições, que surgiu por volta dos anos de 1817 com a criação da primeira escola para Surdos nos Estados Unidos, contribuindo para o avanço da cultura e identidade surda no país e sendo modelo para os demais países, esse fato está estabelecido na história da escola American School For The Deaf, pode ser encontrada também na história da educação dos Surdos. Essa criação teve mãos de teóricos como Laurent e Clerc Thomas Hopkins Gallaudet que foram fundamentais para o avanço da educação para surdos na sociedade.

Dessa maneira a

[...] cultura Surda é o jeito de o sujeito Surdo entender o mundo e de modificá-lo a fim de torná-lo acessível e habitável, ajustando-o com as suas percepções visuais, que contribuem para a definição das identidades surdas e das “almas” das comunidades surdas. Isto significa que abrange a língua, as ideias, as crenças, os costumes e os hábitos do povo Surdo (Strobel, 2009, p. 22).

De acordo com a autora, a cultura Surda traz consigo pontos que ajudam o desenvolvimento intelectual da pessoa Surda, promovendo a inclusão, e garantindo o convívio social entre diferentes grupos em nossa sociedade, valorizando também a identidade surda, promovendo adaptação e valorizando a Língua de Sinais, promovendo um avanço bastante significativo na educação para Surdos.

Como mencionado no parágrafo anterior, a cultura promove o convívio social, em diferentes grupos, grupo esse composto por: pessoas Surdas, ricos, heterossexual, branco, professor, pai, entre outras categorias sociais, esse conjunto promove não só a junção dos grupos mais fortalece cada vez mais a inclusão do Surdo na sociedade, uma vez que a comunicação entre eles vai estar presente e ativa.

Sendo assim, de acordo com Laraia (2005), o primeiro conceito antropológico de cultura é de Edward Tylor (1871), que procurou demonstrar que: a cultura pode ser objeto de um estudo sistemático, pois se trata de um fenômeno natural que possui causas e regularidades, permitindo um estudo objetivo e uma análise capazes de proporcionar a formulação de leis sobre o processo cultural e a evolução.

Partimos então para o conceito de identidade Surda, que está relacionada às pessoas Surdas que se colocam na comunidade surda, ou seja, que se identificam e pertencem a ela, além de utilizar a Língua de Sinais, eles lutam pelos seus direitos em sociedade.

De acordo com Perlin (2008), a identidade tem uma grande importância na vida dos Surdos, pois proporciona um melhor convívio social pelo uso da Língua de Sinais, além de ter uma grande influência familiar e o contato direto com a comunidade Surda. Nessa perspectiva podemos abordar as diferentes identidades Surdas e seus conceitos.

Por isso, de acordo com Campello (2022), as identidades surdas são classificadas:

**Quadro 1: Identidade Surda e seus conceitos**

<b>Classificação</b>	<b>Descrição</b>
Identidade Surdas (Identidades Políticas)	“Trata-se de uma identidade fortemente marcada pela política Surda. São mais presentes em Surdos que pertencem a comunidade surda e apresentam características culturais, tais

	<p>como;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Apresentam experiência visual que produz formas de comportamento, cultura, língua, etc.</li> <li>• Trazem consigo a língua de sinais. Usam sinais sempre, pois é sua forma de expressão;</li> <li>• Aceitam-se como surdos, assumindo um compromisso de pessoas Surdas, etc.”</li> </ul> <p>Perlin 1998</p>
Identidade surdas híbridas	<p>“São os Surdos que nasceram ouvintes e, por algum motivo ou doença, ficaram sem audição. Usam a língua oral ou língua de sinais, aceitam-se como surdos, a escrita segue a estrutura da Libras, usam tecnologia diferenciada.”</p> <p>Perlin 1998</p>
Identidade surda de transição	<p>“Esses surdos viveram em ambientes onde se afastaram da comunidade Surda, ficaram sem contato com os demais. Vivem essa transição de uma identidade ouvinte para uma Surda, há uma 'des-ouvintização'. É a transição da comunicação visual/oral para a visual/sinalizada.”</p> <p>Perlin 1998</p>
Identidade surda intermediária ou (incompleta)	<p>“Apresentam Surdez leve à moderada, valorizam o uso do aparelho auditivo, procuram treinamentos de fala e não aceitam intérpretes da LSB. Buscam a tecnologia para treinos de fala, não aceitam intérpretes da língua de sinais, identificam-se com os ouvintes e não participam da comunidade surda.”</p> <p>Perlin 1998</p>
Identidade surda flutuante	<p>“Esses surdos não têm contato com a comunidade Surda, seguem a cultura ouvinte/identidade de ouvintes, buscam a oralidade, não se identificam como surdos e utilizam a tecnologia da reabilitação.”</p> <p>Perlin 1998</p>
Identidade surda embaçada	<p>“É a representação estereotipada da Surdez ou desconhecimento da Surdez como questão</p>

	cultural. Não usam a língua de sinais, não conseguem compreender a fala, são tratados como deficientes, muitos são 'aprisionados' pela família e há um desconhecimento da cultura surda."Perlin 1998
--	--

**Fonte:** Elaboração própria baseado em Campello (2022 *apud* Perlin, 1998).

Dessa forma, é possível perceber a diversidade de identidades existentes dentro da comunidade surda, uma vez que cada indivíduo possui sua própria identidade e cultura, expressando características específicas conforme as identidades descritas anteriormente.

Essa identidade própria do surdo fortalece, progressivamente, o seu reconhecimento na sociedade. Nesse sentido, Gesser (2009) destaca que mais importante do que enfatizar o termo “uma” é fortalecer a ideia de “própria”, para que essa afirmação seja compreendida pela maioria ouvinte, evitando, assim, que o surdo seja excluído. A autora ainda ressalta que não há uma disputa para definir qual identidade ou cultura se sobressai, mas, sim, a necessidade do reconhecimento de um povo.

Partindo do ponto de vista da autora Gesser (2009) citada posteriormente, seus pensamentos apresentam a ideia de que Surdo não deve ser reconhecido somente pela sua identidade própria, mas sim, por ser um ser humano, não devemos colocar a sua deficiência, a frente de si, antes dele ser um Surdo, ele faz parte de um grupo, grupo este composto por “Povos”, que merecem ser reconhecidos e ter seus direitos como todos nós.

Embora exista uma vasta diversidade de identidades surdas, todas compartilham um propósito comum: a busca por direitos iguais, por maior participação na sociedade, pelo convívio social, pelo bem-estar, pela saúde, e pelo direito de ser livre, de ir e vir e de ser reconhecido como ser humano. Essas batalhas são travadas diariamente e, embora já tenham ocorrido avanços significativos na inclusão e no respeito às pessoas surdas, é fundamental continuar lutando pela plena liberdade e reconhecimento desse grupo.

Nesse contexto, compreender os diferentes tipos de surdez e seus respectivos conceitos é essencial para ampliar a visão sobre as múltiplas realidades vivenciadas por essas pessoas. A seguir, apresenta-se o Quadro 2, que sintetiza os tipos de surdez e seus conceitos.

**Quadro 2: Os Tipos de Surdez e seus Conceitos**

<b>Classificação</b>	<b>Conceito</b>
<b>Ligeira</b>	“A palavra é ouvida, contudo certos elementos fonéticos escapam ao indivíduo. Este tipo de surdez não provoca atrasos na aquisição da linguagem, porém há dificuldades em ouvir uma conversa normal.”
<b>Moderada</b>	“-A palavra só é ouvida a uma intensidade muito forte; - Dificuldades na aquisição da linguagem; - Perturbação da articulação da palavra e da linguagem; -Dificuldades em falar ao telefone; -Necessidade de leitura labial para a compreensão do que é dito.”
<b>Severa</b>	“-A palavra em tom normal não é percebida; - É necessário gritar para ter sensação auditiva; - Perturbações na voz e na fonética da palavra; -Intensa necessidade de leitura labial.”
<b>Profunda</b>	“- Nenhuma sensação auditiva; -Perturbações intensas na fala; -Dificuldades intensas na aquisição da linguagem oral; -Adquire facilmente Língua Gestual.”

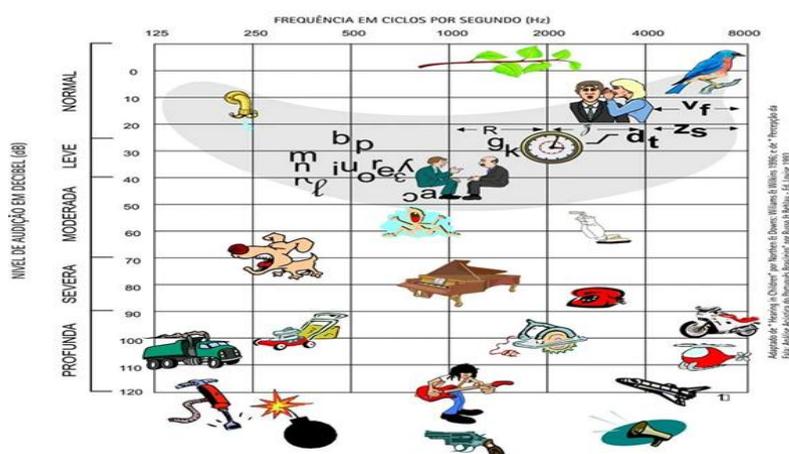
**Fonte:** Espaço Aberto: Biblioteca Virtual de Saúde (2012).

No quadro acima podemos observar a classificação de Surdez e seus conceitos, desde a mais leve, até a mais profunda, assim os conceitos mencionados no quadro, apresentam como as pessoas Surdas se comportam em relação ao grau de surdez, que podem ocasionar dificuldades e traumas. Esses traumas podem ocorrer por inúmeros fatores provenientes não só da infância, mas também na vida

adulta, temos, por exemplo, traumas na cabeça, defeitos congênitos, alergias, problemas metabólicos, tumores entre outros.

Nesse modo, a surdez aumenta significativamente no nosso país, a cada ano as pessoas perdem sua audição pelos motivos citados anteriormente, os maiores atingidos pela perda da Surdez são homens com 58% e mulheres com 46%, dados do IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia Estatística, porcentagem alarmante de pessoas que perdem sua audição, segundo o jornal da USP. Diante disso iremos apresentar uma imagem que representa os sons que conhecemos no nosso cotidiano.

**Imagem 1 – Audiograma de Sons Familiares**



**Fonte:** <http://www.adiobem.com.br/audiograma-sons-familiares>

Na imagem 1, podemos observar a quantidade sonora que cada figura representa, como também os níveis de som. Esse tipo de imagem é usado com frequência como referência durante os exames de audição, onde são colocados vários sons e seus graus de frequência sonora para detectar se as pessoas realmente conseguem escutar determinado som ou ruído. Essa tabela é conhecida como um audiograma de sons familiares justamente para as pessoas que estão sendo submetidas ao exame identificar o som de determinado objeto.

Diante dos dados mencionados anteriormente podemos concluir que, a surdez vem de diversos problemas, e traumas. Desse modo podemos partir para o tópico seguinte, que irá dispor sobre a importância da educação bilíngue, do bilinguismo e suas leis que abarcam esse ensino na nossa educação Brasileira e como é o uso nas escolas.

### 2.3 EDUCAÇÃO BILÍNGUE/ BILINGUISMO

Antes de adentrarmos na educação bilíngue voltada para Surdos no nossos pais, devemos entender o que foi esse movimento e qual foi sua importância para a nossa educação Brasileira, por mais que seja um termo onde muitos acham que seja atual, a história não é bem assim, a educação bilíngue existe há mais de 5.000 anos na história da sociedade, de acordo como os dados a seguir e com os autores.

De acordo com Barker e Wright (2017), por volta dos anos de 1960, o termo foi visto e usado pela primeira vez nos Estados Unidos, já na Irlanda foi usado em 1922, e anos depois na década de 80 tivemos uma decaída na educação bilíngue, ganhando força somente nas décadas seguintes, mostrando que educação voltada para o ensino de duas línguas é fundamental para o aprendizado do aluno.

A educação bilíngue é voltada para o ensino da língua e tem como objetivo desenvolver habilidades linguísticas enquanto uso e prática escolar, assim podendo trazer diversas habilidades, é possível encontrar essas informações em artigos que abordam a temática e em sites de escolas bilíngues, como por exemplo: compreensão total da língua e fluência desde cedo, ambas têm o mesmo peso em aprendizagem, na qual a criança vai desenvolver o conhecimento linguístico, cultural, gramatical, entre outros fatores importantes para o desempenho educacional da criança.

De acordo com Baker (2001, p. 183), a educação bilíngue como conceito isolado é “um componente em meio a um contexto social, econômico, cultural, político e educacional maior”. A fala do autor promove a ideia do aprendizado da língua, que não é somente aprender a língua, é ir além dela, buscando aprender a cultura, a política entre outros pontos que envolvem essa língua.

Por outro viés, essa educação vai muito além de um ensino de duas línguas, é a aprimoração/aprendizado de outra cultura, de novos saberes em relação àquela língua na qual os alunos estão tendo contato, podemos obter esses dados em artigos científicos sobre a educação bilíngue e sua importância no ensino de línguas, como também em livros, sites. Sendo assim, ele vai ter uma visão mais ampla da língua a ser usada e muito mais do que a visão, ele vai buscar ter respeito com a tradição e empatia com a cultura do próximo.

Diante de tudo que foi abordado anteriormente, podemos partir para o surgimento da educação bilíngue e, conseqüentemente, o bilinguismo no Brasil, mostrando pontos importantes para o ensino para Surdos. No Brasil, tivemos o surgimento do termo por volta dos anos 80, trazendo um avanço na educação, diante

de seu surgimento, as escolas bilíngues vêm conquistando mais espaço e avanço no nosso país, segundo a OEBI- Organização das Escolas Bilíngue de São Paulo, diante disso podemos retirar essa informação dos artigos científicos que mencionam a criação de escolas bilíngues no Brasil, especificamente na cidade de São Paulo.

Antes mesmo de surgir no Brasil o bilinguismo teve seu termo usado na Suécia em 1970, somente no ano de 1990 ele cresceu com vigor no nosso país. Com a lei 14.191 de 2021, houve mudança na LDB, lei essa que será destrinchada posteriormente no tópico 1.4.

Nessa perspectiva os alunos surdos passaram a ter “a Libras como Língua Materna (L1) e a Língua Portuguesa como segunda língua (L2)”, ambas são consideradas bilíngues, pois estão fazendo o uso e a prática de duas línguas diferentes. Um dado importante sobre o bilinguismo é que ele está presente cada vez mais em praticamente todos os países, em classes sociais, faixas-etárias, constituindo metade ou 2/3 da população mundial, conforme Beaker (2006).

A implementação do bilinguismo nas salas de aula para Surdos foi um grande avanço para o ensino do nosso país. Dito isso, podemos abordar a ideia de que o uso da língua de sinais vai trabalhar o lado cognitivo do aluno surdo, fazendo-o desenvolver habilidades linguísticas. Nessa perspectiva não só faz o aluno aprender uma segunda língua, vai fazê-lo aprender coisas do mundo que estão ao seu redor, transmitindo sentimentos e emoções através de estímulos que são empregados no ensino na sala de aula.

Lerner (2002, p. 54) afirma que, “o desafio que a escola enfrenta hoje é conseguir que todos os seus alunos cheguem a ser membros plenos da comunidade de leitores e escritores.” Essa ideia do autor está ligada com o dilema que os professores enfrentam em sala de aula, de inserir os alunos Surdos em um sistema no qual possam ser participantes da comunidade de leitores e escritores, mesmo tendo um dos grandes obstáculos para os Surdos, que é a comunicação, ponto primordial e fundamental no desenvolvimento cognitivo do ser humano.

Convém lembrar que todo esse dilema envolvendo o ensino bilíngue nas escolas que oferecem esse ensino, é para retirar o sistema que quer ofertar o modelo ouvinte, que retira a inclusão do aluno Surdo no ensino/aprendizagem em nosso país. Além disso, foi mencionada anteriormente a importância do Surdo aprender uma segunda língua, deixando-o a par de uma nova cultura e de novos aprendizados.

Por consequência disso, o ensino bilíngue não só ensina os alunos Surdos a ter contato com duas línguas, mas também a ter uma alfabetização que priorize autonomia de se comunicar e aprender por si só, tornando-se capaz de colocar em prática tudo que aprendeu em sala de aula, informação essa presentes em artigos que abordam a temática, pois essa informação é o ponto central da história bilíngue. Por esse motivo, o bilinguismo é tão importante para o ensino dos Surdos em nossa educação, pois deixa o aluno se comunicar através da escrita e pela linguagem oral, caso deseje.

Diante disso, o autor Kyle (1999) defende a ideia de que toda criança surda deveria ser bilíngue. Para ele, o desenvolvimento escolar dos surdos só será efetivo se a língua de sinais for aceita como língua materna ou primeira língua. Assim o autor menciona a importância que tem a língua de sinais para os Surdos, sendo que todos devem a colocar como prioridade, ou seja, primeira língua, para assim termos um bom desempenho educacional.

A ideia do teórico perpassa pelo dilema vivenciado em sociedade pelo aluno Surdo, a de que o preconceito predomina, e em muitos casos para o aluno ter o uso da língua de sinais em seu cotidiano é desafiador, principalmente quando envolve o seu ensino/aprendizagem em sala de aula, e por isso deve ter um grande suporte na escola, na sala de aula em casa e até mesmo na rua, deixando-o livre para escolher o que lhe for melhor.

Assim, de acordo com Souza (1998), a partir do momento em que os Surdos passaram a se reunir em escolas e associações e se constituíram em grupo por meio de uma língua, passaram a ter a possibilidade de refletir sobre um universo de discursos sobre eles próprios, e com isso conquistaram um espaço favorável para o desenvolvimento ideológico da própria identidade. É essa ideia de sociedade livre que desejamos, na qual as pessoas Surdas se reúnam em um grupo só e lutem pelos seus direitos, através de uma língua que tem avançado cada vez mais na sociedade.

Muito se pensa que o uso da Libras está ligado somente a mímica ou careta, mas não são esses termos que usamos na Libras. Ela vai muito além disso e, por ser natural dos Surdos, percorre estruturas gramaticais e linguísticas próprias de suas regras, e, como qualquer outra língua, possui regras que diferenciam de região para região, deixando o aluno surdo a desenvolver suas próprias habilidades, fazendo o seu desenvolvimento intelectual avançar cada vez mais, mesmo com tantas

dificuldades de serem inseridos em nosso sistema educacional e até mesmo em outros ambientes. Sobre isso, o autor Skliar et al. (1997, p. 140) menciona que:

Não é a natureza restrita da língua de sinais a causadora das limitações dos surdos, mas as razões sócio-educativas que levaram os surdos a ter que usar sua língua só em ambientes específicos e sob certas condições. Dito de outro modo: se os surdos foram negados historicamente por sua identidade e sua língua, seria um simples reducionismo acusá-los de ter limitações em seus processos psicológicos superiores.

A ideia do autor está relacionada à forma como as pessoas surdas são tratadas na sociedade, sendo historicamente privadas de diversos direitos em razão de sua deficiência auditiva. Esse preconceito dificulta a comunicação, especialmente em ambientes como a escola, onde nem sempre há um apoio efetivo aos estudantes surdos.

A ausência de intérpretes de Libras é um dos principais obstáculos, pois, muitas vezes, os professores não conseguem estabelecer uma comunicação direta com esses alunos, seja pelo excesso de estudantes em sala, seja por uma formação inadequada. Essa situação compromete o desenvolvimento e o desempenho escolar dos surdos, reforçando a necessidade da presença de um intérprete, que atua como suporte essencial ao docente e promove uma educação mais inclusiva.

Como foi mencionado anteriormente, o intérprete tem sua importância na educação para Surdos, por isso iremos abordar seu conceito e qual o seu papel como suporte ao professor. Dito isso, os intérpretes de Libras têm um papel fundamental no desenvolvimento do aluno Surdo em sala de aula, ele vai ser uma ponte entre o aluno Surdo e o professor, usando a libras para ter a comunicação.

O intérprete é um profissional que domina a língua falada do país e que é qualificado para desempenhar a função de Intérprete, tem como lei nº 14.704 de 25 de outubro de 2023 (Brasil, 2004). Por esse motivo deveria ter esse profissional em sala de aula, buscando trazer uma acessibilidade no ensino para Surdos, deixando a comunicação mais fácil entre os profissionais da escola.

Assim para esse profissional ter acesso à sala de aula, ele requer ter pontos importantes em sua formação, de acordo com o Capítulo V do Programa Nacional de apoio a educação de Surdos, são eles:

**Art. 17.** A formação do tradutor e intérprete de Libras – Língua Portuguesa deve efetivar-se por meio de curso superior de Tradução e Interpretação, com habilitação em Libras – Língua Portuguesa.

**Art. 18.** (...) a formação de tradutor e intérprete de Libras – Língua Portuguesa, em nível médio, deve ser realizada por meio de: ·

I – Cursos de educação profissional;  
II – Cursos de extensão universitária; e  
III – cursos de formação continuada promovidos por instituições de ensino superior e instituições credenciadas por secretarias de educação. Parágrafo único. A formação de tradutor e intérprete de Libras pode ser realizada por organizações da sociedade civil representativas da comunidade surda, desde que o certificado seja convalidado (...) (Brasil, 2005, p. 1).

De acordo com esses itens, podemos perceber que o profissional de Libras tem em sua formação requisitos importantes para poder atuar em sala de aula, ou em qualquer outro ambiente que envolva pessoas surdas. O intérprete além de ser um mediador do docente e do aluno, ele vai estabelecer limites e respeito entre ambos os profissionais, além de não colocar sua própria opinião, sendo fiel ao seu lado profissional. De acordo com Marcon (2012, p. 10), “é preciso uma contextualização muito grande, uma troca de sinais frequente por parte do intérprete para dar sentido à fala do professor em sala de aula, a fim de que se construa uma frase conexa e que seja entendível pelo aluno surdo”. Essa falta de comunicação entre os intérpretes com os professores inviabiliza o bom resultado desses trabalhos. O autor coloca a ideia de que o profissional deve ter 100% de comunicação com o professor, o que irá ajudar o aluno a ter um bom entendimento do assunto da aula para um melhor aprendizado.

Contudo, essa ideia mostra como o intérprete de Libras deve agir no seu ambiente de trabalho, sendo um mediador entre o aluno Surdo e o professor. Essa mediação é fundamental, pois vai facilitar a comunicação entre ambos, incluindo também a instituição na qual o aluno faz parte, com a falta dessa comunicação o aluno acaba sendo prejudicado no quesito aprendizagem e deixando o professor de mãos atadas. Por isso, Santos (2013, p. 12) diz que:

O tradutor Intérprete em sala de aula promove a relação de diálogo entre o aluno e o professor, será ele que fará escolhas lexicais, estruturais, semânticas e pragmáticas na língua alvo para que a informação seja, portanto, apropriada ao máximo da sua real mensagem pelo aluno.

Por esse motivo, é fundamental que as escolas contem com a presença de um intérprete de Libras, profissional que facilita a comunicação entre aluno, professor e instituição, promovendo o desenvolvimento educacional e garantindo melhores condições de aprendizagem para o estudante surdo. Essa necessidade encontra respaldo na legislação brasileira, que iremos explanar no próximo tópico, onde assegura o direito à educação inclusiva e ao atendimento especializado, conforme

previsto em leis e políticas públicas que regulamentam a acessibilidade e a valorização da Libras no contexto escolar.

#### 2.4 LEGISLAÇÃO BRASILEIRA PARA AS PESSOAS SURDAS

É de conhecimento que a comunidade Surda sofreu bastante durante os séculos, por terem uma deficiência, eles eram totalmente excluídos do meio social impedidos de ter qualquer relação com a sociedade, e somente aqueles que possuíam título de nobreza eram inseridos no meio.

Dito isso, os Surdos não tinham seus direitos como cidadãos aceitos pelo governo, como está na constituição. Desse modo, as pessoas Surdas não poderiam votar, casar, estudar, ter acesso a estabelecimentos, e em muitos casos não tinham direito à própria vida, esses absurdos citados duraram séculos na sociedade.

Esse cenário vem sendo modificado durante o tempo. Logo depois do congresso de Milão, em 1880, a comunidade Surda passou a lutar pelos seus direitos em sociedade, visto que, nesse mesmo congresso os surdos foram impedidos de votar. Além disso, toda essa luta tinha como objetivo a liberdade como seres humanos e, principalmente, o direito à educação de qualidade como todos.

Ao analisar a conjuntura dos surdos na sociedade brasileira, foram criadas diversas leis e documentos da legislação que conferem aos Surdos o pleno direito à educação de qualidade, assim como quaisquer outras pessoas. Os quais serão discutidos adiante nessa pesquisa.

Na história da legislação das pessoas com surdez temos a primeira é a Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988, documento fundamental para os direitos e deveres dos cidadãos em plena sociedade, tendo como importância para os Surdos, pois garante os seus direitos, promovendo a inclusão social.

Dando continuidade temos a famosa Declaração de Salamanca de 1996, que reafirma o direito à educação para todos, independentemente das diferenças individuais, afirmando assim um compromisso com a inclusão das pessoas Surda, e o direito a língua de sinais.

Nesse mesmo ano surgiu o “Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA; tendo como Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, tem como objetivo a educação básica para os alunos”, assegurando o direito não só a educação, mas também a saúde de todas as crianças e adolescentes, Surdos ou não.

Assim no art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, a lei que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, dá outras providências.

Na seguinte Lei nº 10.436 de 24 de abril de 2002, temos a Língua Brasileira de Sinais - Libras, língua oficial da comunidade surda, assim a Libras é essencial para a inclusão, a educação, ao trabalho, entre outros pontos e o que declara essa lei é o Decreto nº 5.626 de 22 dezembro de 2005.

Além da Lei nº 11.796 de 29 de outubro de 2008, que institui o Dia Nacional dos Surdos, estabelecendo o dia oficial dos Surdos, dia 26 de setembro, dia importante pois marca a reflexão e o debate sobre a inclusão dos Surdos na sociedade.

Além disso, a constituição como o primeiro documento citado neste parágrafo, teve e tem um papel fundamental na luta dos surdos pelos seus direitos, pois tem o objetivo de apresentar o direito à educação de qualidade para todos os cidadãos, apresentando um fator primordial para a educação de todos, incluindo as pessoas Surdas.

Apesar de todo avanço na constituição, por muito tempo os Surdos ficaram à mercê da sociedade, visto que, as políticas públicas voltadas para a educação não tinham o objetivo de incluir os surdos no sistema. Entretanto esse cenário foi se moldando durante o tempo, modificando assim a situação dos surdos no ambiente escolar e na sociedade como um todo, passando a aumentar o número de alunos Surdos matriculados no ensino regular. De acordo com a carta da constituição de 88, no inciso I do art. 206: "igualdade de condição para o acesso à permanência na escola" (Brasil, 2001, p. 121). Assim todo e qualquer aluno deve ter o pleno direito a educação de qualidade independente de sua deficiência, se tem ou não.

Desse modo, as instituições devem oferecer não só o ensino de qualidade, mas também profissionais aptos e especializados para fazer uma boa prática docente, visando a igualdade inclusiva em sala de aula. Nesse ponto é relevante mencionar que uma boa prática docente é fundamental no ensino/aprendizagem dos alunos, sejam eles deficientes ou não. Na prática profissional, o profissional pode trabalhar o lado reflexivo e intelectual do docente, buscando sempre o aprender do discente de forma inclusiva.

Pelos dados mencionados anteriormente temos a Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências, na qual os incisos I e V do art. 53 preceituam:

Art. 53. A criança e ao adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se lhes:  
I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;  
[...]  
V - acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência (Brasil, 1990, p. 13).

Esta lei deixa claro os direitos da criança e dos adolescentes, assegurando um ensino de qualidade e igualdade para todos os alunos, incluindo os surdos, assim como as demais deficiências.

Então, temos a Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. No inciso I do art. 59, que tinha o objetivo de assegurar a educação a pessoas com deficiências: “currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específica para atender às suas necessidades” (Brasil, 1996, p. 1).

É importante expor também que temos lei que garante a educação bilíngue para surdos, Lei nº 14.191 de 03 de agosto de 2021, que modifica a lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), estabelecendo a educação bilíngue para Surdos e uma qualidade de ensino e apoio estudantil por partes das instituições de ensino. Desse modo, garante, em seu Artigo 78, alínea II, “[...] aos surdos o acesso às informações e conhecimentos técnicos e científicos da sociedade nacional e demais sociedades Surdas e não Surdas” (Brasil, 2021, p. 54). Objetivando a ideia de que as pessoas Surdas e sua comunidade, assim como os docentes, têm o pleno acesso ao conhecimento científico, sistematizando assim as pesquisas acadêmicas por parte da comunidade Surda.

Após o sancionamento da declaração de Salamanca, reconhecida pela lei nº 10.436/ de 2002 estabelecendo assim a Língua Brasileira de Sinais - Libras, como língua oficial dos Surdos, desse modo ela é “reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Libras e outros recursos de expressão a ela associados”, fazendo que o Surdo tenha livre acesso a se expressa em sua L1.

Com o decreto nº 5.626 de dezembro de 2005, que visa a Língua Brasileira de Sinais – Libras e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, ambos são fundamentais para garantir os direitos das pessoas Surdas no Brasil. Depois desse

decreto, a Libras passou a ser disciplina obrigatória nos cursos de licenciatura e no curso de Bacharel em Fonoaudiologia, tanto nas universidades públicas como nas privadas, garantindo o ensino de qualidade e a inclusão dos Surdos no ambiente educacional. Já nos demais cursos de bacharelado, a Libras é uma disciplina optativa.

Por fim, temos a Lei nº 11.796, de 29 de outubro de 2008, que institui o Dia Nacional dos Surdos, essa lei é direcionada para uma parcela de pessoas Surdas que buscam por seus direitos em sociedade, para serem reconhecidos como verdadeiros cidadão e cidadãs.

Pelos aspectos mencionados anteriormente, por todo os pontos vigentes e pela legislação, a educação de qualidade tem muito ainda para ser abordada em sociedade, e principalmente de ser inserida na vida da pessoa Surda em sala de aula. É preciso mais trabalhos que abordem a temática e que busquem apresentar mais estratégias de ensino para a comunidade Surda, buscando o aprimoramento do ensino/aprendizagem dos alunos como um todo.

Observa-se, então, que a legislação e os decretos criados em vigor para as pessoas Surdas, estabelece a implementação de uma educação de qualidade buscando a inclusão dos surdos no ambiente educacional. Desse modo, é dever de todos estabelecer as políticas públicas que perpassam os direitos das pessoas surdas no viés educativo e social.

## 2.5 LIBRAS VERSUS LSE

A Libras é extremamente importante na vida da pessoa surda, pois se trata de sua língua materna ou L1, passou a ser reconhecida legalmente como meio legal de comunicação no dia 24 de abril de 2002, pela Lei nº 10.436, através do decreto da Lei nº 5.626/2005.

No ambiente educacional, a língua passou por uma longa e difícil caminhada para ser reconhecida como disciplina e para ser inserida nas instituições de ensino. Desse modo, a Comissão de Educação (CE) estabelece que, de acordo com o PL nº6.284/2019, a língua passa a ser obrigatória nas escolas e nas instituições de ensino superior, fazendo com que não só os alunos Surdos estudem, mas também os ouvintes.

Um dos desafios encontrados durante a disciplina, é aprender a Libras durante a formação, fazendo com que os discentes procurem a disciplina, não pelo viés da inclusão, como deveria ser, mais para finalizar mais uma disciplina, outro ponto

importante é o fato da pouca carga horária, de 60h, e para um futuro docente, uma disciplina tão importante requer bastante cuidado e ensino.

A Libras é fundamental na comunicação entre docente e discente, pois é com ela que se busca a inclusão dos alunos Surdos nas escolas, universidades ou qualquer outro departamento. Por esse motivo, o futuro profissional deve levar a sério a disciplina em sua formação, pois vai facilitar ainda mais esse contato com o aluno Surdo, principalmente se houver o aprimoramento dela na sua formação contínua. Segundo Capovilla & Raphael (2001) e Sasaki (2005), os autores abordam que: “deve-se também ressaltar que a Libras é uma língua viva, cuja quantidade de sinais está em aberto, podendo ser acrescentados novos sinais com o passar do tempo”. Assim ambos os autores se destacam pelo mesmo ponto de vista, o da importância da língua de sinais para a comunidade surda.

No Brasil, de acordo com o decreto nº 5.626/2005,

**Art. 3º A Libras deve ser inserida como disciplina curricular, obrigatória nos cursos de formação de professores** para o exercício de magistério, em nível médio e superior, e nos cursos de fonoaudiologia, de instituições de ensino, públicas e privadas, do sistema federal de ensino e dos sistemas de ensino dos Estados, do Distrito Federal e seus municípios (Brasil, 2005, **grifos nossos**).

Podemos perceber que a Libras é extremamente importante na formação docente, pois vai criar um caminho de fácil comunicação entre aluno e professor, sem contar que vai favorecer cada vez mais o currículo do docente por tê-la em sua formação, levando o profissional a buscar e repassar um olhar atento à inclusão.

Outra preocupação constante é que, como a libras é obrigatória nas universidades, os discentes devem cursá-la, tendo um olhar atento para sua formação e como irá ensinar um aluno Surdo, na sua área de formação. Neste estudo estamos tratando da língua espanhola como terceira língua ou L3 para os surdos.

É necessário observar que o ensino das libras e da LSE é diferente, pois uma se trata da língua de sinais do Brasil e a outra da Espanha, países diferentes com culturas, metodologias de ensino e vocabulário diferentes. Conseqüentemente, o aluno Surdo deve aprender na forma correta na LSE, mais conhecida como língua de sinais espanhola, língua e método do próprio país.

Para o Alemão Schopenhauer (1860, p. 6):

O aprendizado de uma língua estrangeira modifica o pensamento do indivíduo como um todo, além do conhecimento do idioma, traz também um enriquecimento intelectual, ampliando e aperfeiçoando nossos conceitos e

opiniões, proporcionando um melhor entendimento para outras coisas. Isto inclui os alunos Surdos, pois esses alunos estão sendo expostos a um novo idioma de maneira condizente com sua realidade.

Desse modo, o docente de espanhol vai ser o mediador do conhecimento na sua área, repassando o vocabulário do espanhol para o aluno Surdo, usando nesse caso a LSE. Pois não adianta ensinar o espanhol para o aluno surdo se o docente não estiver apto para a língua de sinais espanhola para os surdos, lembrando que, o aluno Surdo irá considerar o ensino/aprendizagem do espanhol como sua L3.

Levando em consideração os aspectos mencionados anteriormente, a Libras é a língua oficial do Surdo, ou seja, sua L1. Por outro lado, a pessoa Surda ao aprender a língua espanhola, a considera como L3, ou seja, uma terceira língua. Ambas têm o viés da inclusão da pessoa com deficiência auditiva, voltada para o meio educacional, pontos principais dessa pesquisa. Entretanto, como foi visto, o caminho foi longo e por mais que hoje ela seja reconhecida na sociedade e países que a usam para comunicação, ainda se tem muito a lutar pela causa, levando não só a Libras, mas também a LSE- Língua de Sinais Espanhola, para o máximo de instituições de ensino possíveis.

### 3 FORMAÇÃO INICIAL DOCENTE

Nos tópicos seguintes iremos apresentar pontos importantes sobre o percurso da formação inicial docente, passando desde as políticas públicas voltadas para essa formação, até sua importância no viés da inclusão, como também os dilemas vivenciados na inicial e na continuada, as buscas do aperfeiçoamento e da boa qualificação para o êxito em uma excelente prática em sala de aula.

#### 3.1 POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS NA FORMAÇÃO INICIAL INCLUSIVA

Em face da realidade do cenário educacional com a formação inicial docente em nosso país atualmente, podemos apontar como foco primordial para um viés social/inclusivo/educativo, as políticas públicas educacionais, que tem como ponto principal melhorar a educação em nosso país visando um ensino de qualidade e profissionais qualificados.

Assim as políticas públicas abrangem uma vasta área dentro do campo do saber, como por exemplo: O currículo escolar, formação docente, financiamento da educação, infraestrutura escolar, tecnologia educacional e inclusão de alunos com deficiência.

Esses pontos são de total importância para o cenário da educação em nossa sociedade, pois procuram apresentar um vasto caminho que o docente deve seguir ou pelo menos deveria, pois trata-se da educação e do cotidiano escolar visto durante sua formação inicial, que percorrerá toda a vida do professorado.

Dessa maneira, as políticas públicas entram ferramentas essenciais para nossa educação, procurando a melhoria como um todo, já que ela representa um conjunto de medidas e diretrizes, que abrangem a inclusão do surdo em nosso cotidiano, tendo como foco combater a desigualdade, estabelecer as conquistas de inclusão do surdo no convívio social.

Corrêa e Gimenez (2015, p. 138) abordam que:

[...] as políticas governamentais brasileiras têm procurado minimizar os desafios enfrentados pela população surda no seu dia-a-dia e buscando reconfigurar o modo como a sociedade a trata [...] nesse sentido, busca-se construir uma nova mentalidade sobre os surdos a partir da escola, situada como palco de reformar em direção a práticas mais inclusivas.

Nessa perspectiva as políticas públicas são fundamentais para barrar os desafios enfrentados no cotidiano da pessoa surda e diminuir o capacitismo em torno delas. Essa mudança, apresentada pelos autores, tem como palco principal a escola, ambiente que transforma o pensamento do outro.

Esses desafios percorreram por bastante tempo a vida das pessoas surdas, sua trajetória foi de bastante sofrimento como mencionado no primeiro capítulo deste trabalho. Entretanto, a comunidade surda não abriu mão de seus direitos e lutou até ser reconhecida como verdadeiros cidadãos.

No ano de 1948, a ONU - Organização das Nações Unidas aprovou o documento intitulado como: Declaração Universal dos Direitos Humanos - DUDH, que tinha como objetivo garantir os direitos básicos de todo ser humano na sociedade.

Dessa maneira no art. 2º do documento, estabelece que:

**Todo ser humano tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidas nesta Declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, língua, religião,** opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição (Declaração Universal dos Direitos Humanos, 1948, s/p - **grifo nosso**).

Assim, fica estabelecido que todos temos os direitos de ir e vir, de uma boa qualidade de vida, de um bom ensino, e de ter a liberdade, independente de cor, raça, religião entre outros. Porém, esses direitos, durante os séculos, não foram direcionados às pessoas surdas, que tinham seus direitos negados e, dessa maneira, passaram a ser vistos como qualquer coisa em nossa sociedade, eram taxados como pessoas incapazes de fazer determinado trabalho.

Com relação à educação e leis, no Brasil na década de 60, a Declaração dos direitos Humanos entrou em vigor, e, com isso, surge a Lei 4.042/61 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que passou a garantir que os surdos pudessem ter o direito de ensino de qualidade, como qualquer outra pessoa.

De acordo com Corrêa e Gimenez (2015, p. 145),

Integrar o aluno com necessidades específicas significa adaptá-lo ao meio. Trata-se de uma perspectiva de socialização, que objetiva, principalmente, oferecer espaços para tais alunos no ambiente escolar. Por outro lado, o termo 'inclusão' prevê que instituições de ensino se estruturam para melhor atender tais pessoas.

Assim, as instituições de ensino, por inserir o aluno com deficiência na escola, deixava por conta do próprio aluno se adaptar à realidade daquele ambiente, independentes de como a escola estava ele teria que se inserir nela, sem ajuda de terceiros. Nesse ponto de vista, percebe-se que a escola não segue as leis que garantem um bom ensino para aquele aluno, e quando remetemos ao ensino, colocamos no barco a infraestrutura da escola, professores capacitados que tenham uma formação adequada para fazer o ensino acontecer, entretanto a realidade é dura e crua para os alunos com deficiência, pontos esses presentes em artigos acadêmicos, relatórios de estágio, entre outros pontos.

Dessa forma, apresentamos a segregação, onde o aluno é colocado em salas especiais longe de tudo e todos, em um ambiente cuja finalidade é deixá-lo distante dos demais alunos e com um “**cuidador**”, podemos obter esses dados através do artigo “ Na educação Inclusiva, a pessoas vem antes a deficiência”, assim essa forma de inserir o aluno na escola, para muitos já é uma inclusão, entretanto para haver realmente a inclusão ele, o aluno deveria estar junto de seus colegas na sala de aula, e não em um ambiente distante de todos.

Como mencionado anteriormente, os surdos não tinham um tratamento de qualidade por pessoas de nossa sociedade, principalmente no espaço de educação, assim com o passar do tempo e com as lutas do cotidiano, eles conquistaram os seus direitos e o espaço na sociedade.

Por volta de 1980, esse tratamento foi direcionado para outra forma de vê-los e começaram a tratá-los e respeitá-los como seres humanos. No ano seguinte, em 1981, a ONU apresentou o “Ano Internacional das Pessoas com Deficiência”, um marco bastante significativo na luta pela inclusão dos surdos, principalmente no ambiente escolar, conforme o autor Sasaki (2003).

Avançamos um pouco na linha do tempo para o ano de 1989 com a criação da lei 7.853, que tem como objetivo de assegurar “[...] o pleno exercício dos direitos individuais e sociais das pessoas portadoras de deficiências, e sua efetiva integração social” (Brasil, 1989, s/p). Com isso, o aluno com deficiência tem seus direitos garantidos dentro da instituição de ensino, uma vez que a lei vai garantir um ensino de qualidade, vai garantir a ele (s), com o ingresso em escolas públicas e privadas, direitos como: alimentação de qualidade e professores qualificados.

Percebe-se então que a criação das leis para o avanço da inclusão dos surdos no ambiente educacional, tem sido bastante importante para incluir esse aluno em

sala de aula com os demais. Outro ponto importante que deve ser mencionado é a declaração de Salamanca realizada na Espanha em 1994, que objetivava “definir as políticas públicas para o acesso de alunos com Necessidades Educacionais Especiais (NEEs) no contexto escolar” (Declaração de Salamanca, 1994, p. 1), visando assim os direitos dos alunos surdos a serem inseridos realmente no cotidiano escolar.

Em virtude, a Declaração de Salamanca aponta que:

As escolas deveriam acomodar todas as crianças independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. Aquelas deveriam incluir crianças deficientes e superdotadas, crianças de rua e que trabalham, crianças de origem remota ou de população nômade, crianças pertencentes a minorias linguísticas, étnicas ou culturais, e crianças de outros grupos desvantajados ou marginalizados (Declaração de Salamanca, 1994).

A declaração vai garantir que os alunos com deficiência, nesse caso a Surdez, possam ter seus direitos respeitados e garantidos, também no cotidiano escolar, trabalhando assim a inclusão do surdo no convívio social e educacional. Dado o exposto, a declaração objetiva inclusão do aluno surdo no ambiente escolar, entretanto a instituição deve assegurar essa lei e garantir que vai inseri-lo no sistema. Para isso no Art. 59º da lei, tem como normas para a escolas os seguintes pontos:

- I – Currículos, métodos, técnicas, recursos educativos organização específicos, para atender às suas necessidades;
- II – Terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;
- III – Professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;
- IV – Educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora;
- V – Acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular (Brasil, 1996, s/p, - grifo nosso) (Brasil, 2013, p. 1).

Por todos esses aspectos, podemos observar o papel que o docente tem, ao ensinar em uma classe com alunos com deficiência e como sua formação está presente em seu modo de agir com tal. Dessa forma, a formação inicial entra como ponto primordial, pois para ensinar alunos com deficiência, o professor (a) deve ter

habilidades para o ensino acontecer, por exemplo para ensinar um aluno Surdo o professor deveria ter habilidades em Libras, sendo capaz de incluir o aluno no ensino.

Por outro lado, a formação inicial do docente muitas das vezes não contempla disciplinas específicas que ajudem o docente a ensinar um aluno com deficiência, nesse caso estamos abordando o ensino para Surdos, as lacunas já começam na universidade, quando a grade curricular não submete disciplinas que vá favorecer a formação docente, essa afirmação é proveniente de estudos mais aprofundados, de pesquisas e experiências vividas pelo docente em sua formação.

Essa falta de disciplinas implica na falta de conhecimento da Libras e da LSE – Língua de Sinais Espanhola, contudo o professor (a), irá concluir seu curso apresentando pouca eficácia no requisito de ensino a pessoas surdas, deixando uma barreira na comunicação com elas.

De acordo com Pereira (2006, p. 62)

Um aluno com surdez pode interagir e participar juntamente com os demais educandos nas atividades da sala de aula regular, fazendo uso dos dois idiomas principais do Brasil, a LIBRAS para os surdos e o português aos ouvintes. Desde que o educador possa incluir esse discente em todas as atividades propostas por ele no desenvolvimento do ensino aprendizagem, sem haver separação de ouvintes e surdos, possibilitando aos alunos a percepção em distinguir a relação da língua falada e escrita como fonte de interação e comunicação entre as pessoas (Pereira, 2006, p. 62).

Com todas as barreiras que existem ao inserir o aluno surdo no ensino regular, e ao estar neste ambiente observamos que, o professor e a escola devem fazer seus papéis, assim como a família e o governo, todos têm seu papel em relação a inclusão do aluno com deficiência no ensino regular. A escola tem como obrigação receber esse aluno, a família ir em busca dos direitos e o governo deve implementar políticas públicas de ensino para ajudar o discente a ter um bom desempenho escolar.

Essa junção de redes de apoio vai favorecer a comunicação e interação entre ambos, trabalhando assim a inclusão dos alunos com PCD 's. Nesse ponto, caso o professor não tenha habilidades específicas em adaptar atividades e materiais, seria papel da instituição ter recursos que ajudem não só o docente em sala de aula, mas o aluno a ter um bom desenvolvimento.

Assim, a formação entra como uma forte ferramenta, pois o docente tendo uma boa formação vai estar apto a ensiná-los e optando em ter uma formação continua, se aperfeiçoando na Libras, não só o professor sai ganhando, mas o aluno também, pois a comunicação se torna mais “fácil”, entre ambos, como já mencionado.

Percebe-se então que as políticas públicas têm um papel importante na inclusão do aluno com deficiência, pois irá favorecer o ensino com mais qualidade assegurando seus direitos como discente, fazendo com que o docente tenha em mente a importância de seu papel na vida cotidiana desse aluno, motivando-o a ter uma boa formação inicial e conseqüentemente continua.

Nota-se também que a junção de redes de apoio pode ajudar aos alunos que passam por dificuldades no cotidiano escolar, esse apoio pode gerar a inclusão em sala de aula, dos alunos Surdo, fazendo com que os discentes tenham mais confiança e possa a ter um bom desenvolvimento escolar. Diante do que foi mencionado anteriormente, da importância das políticas públicas na nossa educação brasileira, é notório que elas devem ou deveriam estar presentes durante a formação docente, seja a inicial ou a continuada, assim no próximo tópico iremos abarcar essa formação continuada e suas lacunas deixadas durante formação, deixando claro a sua relevância para a prática de um bom professor em sala de aula.

### 3.2 FORMAÇÃO CONTINUADA E SUAS LACUNAS

A formação continuada de professores no sistema educacional é um grande dilema nos dias atuais, pois apresenta determinadas lacunas que serão discutidas mais adiante nesta pesquisa. Para adentrarmos profundamente no assunto do capítulo, devemos primeiro entender a que se refere a formação continuada, ou seja, seu conceito. Ela vai representar uma prática além dos muros da universidade, de um aperfeiçoamento da própria formação inicial que tem como objetivo estimular o docente pela busca de mais conhecimento, de se aprofundar na teoria para uma melhor prática profissional em sala de aula, buscando assim a inovação como docente, podemos perceber a existência desses dados em artigos acadêmicos que possivelmente abordam a temática e a importância da formação continuada, como também em livros e sites.

Essa formação passou a ser debatida no Brasil por volta dos anos de 1970, dito isso autores como Nascimento (2000), Pimenta (2002), Candau (1997), Libâneo (2004) entre outros, passam a abordar pontos positivos e negativos sobre a formação continuada docente, visando sua importância para a prática em sala de aula nos dias atuais e o aperfeiçoamento dos saberes docentes.

De acordo com Libâneo (2004, p. 227),

O termo formação continuada vem acompanhado de outro, a formação inicial. A formação inicial refere-se ao ensino de conhecimentos teóricos e práticos destinados à formação profissional, completados por estágios. A formação continuada é o prolongamento da formação inicial, visando o aperfeiçoamento profissional teórico e prático no próprio contexto de trabalho e o desenvolvimento de uma cultura geral mais ampla, para além do exercício profissional.

Desta forma, ambas formações são de total relevância para o aprimoramento dos conhecimentos dos professores, e por isso estão interligadas, pois a formação inicial é somente o pontapé da grande jornada de se tornar um professor.

Como exposto pelo autor, essa formação visa o aperfeiçoamento docente ligando a teoria e prática em um só viés, com isso não só o professor sai ganhando, mas também os alunos que irão ter um ensino/aprendizagem de qualidade com um professor que visa a inovação em sala de aula e está sempre procurando mais conhecimento.

Contudo, Nascimento (2000, p. 3) fala que “muitas iniciativas de capacitação dos docentes têm demonstrado pouca eficácia, e alguns motivos são: a desvinculação entre teoria e prática; o destaque excessivo dado aos aspectos normativos; a falta de projetos coletivos, entre outros”. Essas são algumas das lacunas deixadas durante a formação continuada e até mesmo a inicial, onde docentes que buscam mais conhecimentos, deixam a motivação de lado, colocando sua formação à mercê de qualquer teoria, de qualquer habilidade e possivelmente de pouco conhecimento. Apresentando uma má formação e colocando o ensino dos alunos em jogo, essa má formação na maioria das vezes é vista durante a prática profissional, onde os professores apresentam um certo desconforto quando se depara com a realidade dura e crua de uma sala de aula, e como não buscou ter uma boa formação, não vai ter o conhecimento e habilidade necessária para resolver determinado conflito que possa surgir.

Entretanto, para aqueles que visam ter habilidades em sala de aula, domínio com os alunos e conteúdo, e uma formação tanto inicial como contínua boa, esse profissional possivelmente não vai ter as mesmas dificuldades daquele professor que não buscou os conhecimentos e habilidades necessárias para uma boa prática em sala de aula.

Diante de tudo isso, podemos dizer que, em conjunto com a formação docente, está a educação, que vive diariamente em constante mudança, fazendo com que o docente siga na mesma linha, buscando o aprimoramento de seus conhecimentos. A educação é um viés de mão dupla, professor e aluno, ambos aprendem uns com os outros, essa filosofia é mantida no cotidiano escolar, fazendo com que todos os conhecimentos adquiridos pelo professor durante sua formação se tornem um ensino/aprendizagem de qualidade.

Paulo Freire aborda que “ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção” (Freire, 2016, p. 24). A fala do autor apresenta a ideia de uma forma de ensinar em torno de fazer os alunos criarem uma constante forma de aprender produzindo, construindo seus saberes, ideias e valores sobre o que se passa em sala de aula, e durante a formação, o professor vai ter habilidades para passar esse ensino, para assim construir o saber aos alunos, de forma coerente, e que todos possam aprender produzindo.

Analisando esse cenário da formação constante dos professores a Lei das Diretrizes Básicas da Educação, a lei 9,394/96 em seu título VI que trata dos profissionais da educação em seu artigo 63º, determina que:

Os institutos superiores de educação manterão:

[...]

**III-** Programa de educação continuada para os profissionais de educação dos diversos níveis.

[...]

Art. 67º Os sistemas de ensino promoverão a valorização dos profissionais da educação, assegurando-lhes, inclusive nos termos dos estatutos e dos planos de carreira do magistério público:

[...]

**II-** Aperfeiçoamento profissional continuado, inclusive com licenciamento periódico remunerado para esse fim;

[...]

**V-** Período reservado a estudos, planejamento e avaliação, incluído na carga de trabalho (Brasil, 1996, p. 1).

Essa lei vai garantir que as instituições ofereçam programas de capacitação, garantindo aperfeiçoamento e habilidades educacionais aos profissionais em formação, seja qual for o nível de ensino, motivando-os a irem sempre em busca de mais conhecimento.

Entretanto, na prática é totalmente diferente, por mais que exista uma lei que garanta programas de formação continuada, muitas instituições não apresentam uma preocupação em oferecer capacitação para os docentes, deixando uma lacuna na formação de professores, fazendo com que professores procurem outros meios de

formação continuada, ou até mesmo desistam da formação, assim muitos estudos e pesquisas na área da educação apontam essa lacuna na oferta de cursos para formação continuada.

Percebe-se então a desvalorização da formação dos professores por meio das instituições que não seguem a lei e possivelmente não ofertam os cursos de capacitação, por esses e outros motivos que serão mencionados mais adiante, temos um vasto número de professores que após sua formação inicial, se sente desmotivados com tamanha desvalorização. Dessa maneira, o ensino/aprendizagem se torna monótono pelos docentes que não procuram o aperfeiçoamento de seus conhecimentos.

Dessa forma, Pereira (2011, p. 69), destaca que,

A docência, portanto, é uma atividade complexa porque a realidade na qual o professor atua é dinâmica, conflituosa, imprevisível e apresenta problemas singulares que, portanto, exigem soluções particulares. Exige mobilização de saberes para o cumprimento do objetivo de educar que é: o desenvolvimento das diferentes capacidades – cognitivas, afetivas, físicas, éticas, estéticas, de inserção social e de relação interpessoal – dos educandos, que se efetivam pela construção de conhecimentos.

Por tratar à docência como uma atividade complexa, que busca trabalhar capacidades cognitivas, físicas, éticas entre outros, o autor apresentar a ideia de que o docente deve agir de forma singular, buscando soluções em sala de aula, atuando de forma que o ensino engloba o respeito mútuo e saudável entre ambos, docente e discente. Por outro viés, o docente em sua formação vai estar apto para apresentar esse tipo de ensino, que visa o melhor ensino/aprendizagem daqueles alunos que têm certa dificuldade em aprender, nesse caso o autor menciona o método de ensino tradicional, utilizado por muitos docentes nos dias atuais. Por isso, de acordo com Delors (2003, p. 166),

Os professores são também afetados por esta necessidade de atualização de conhecimentos e competências. A sua vida profissional deve organizar-se de modo que tenham oportunidade, ou antes, se sintam obrigados a aperfeiçoar sua arte, e beneficiar-se de experiências vividas em diversos níveis da vida econômica, social e cultural.

Dessa forma, a formação continuada é importante para o docente, pois no decorrer de sua vida profissional, ele apresenta um aperfeiçoamento, deixando sua prática em sala de aula mais instigante, buscando os olhares dos alunos a sempre estarem em busca de aprender, e possivelmente ambos terem um bom desempenho em sala de aula.

O aperfeiçoamento da prática docente não visa somente à melhoria e habilidades do ensino, ela procura também apresentar um estilo de como o professor vai se tornar enquanto profissional. Sendo assim, antes, durante e depois, vamos ter um docente diferente, que apresenta personalidades distintas, pois durante sua formação vai descobrindo como docente e montando seu perfil.

Assim, Pimenta (1996, p. 76), menciona que o perfil/identidade do docente é:

Constrói-se, também, pelo significado que cada professor, enquanto ator e autor, confere à atividade docente no seu cotidiano a partir de seus valores de seu modo de situar-se no mundo, de sua história de vida, de seus saberes, de suas angústias e anseios, do sentido que tem em sua vida o ser professor. Assim como a partir de sua rede de relações com outros professores, nas escolas, nos sindicatos e em outros agrupamentos.

Essa identidade docente é, portanto, um meio de apresentar sua forma e seu perfil, enquanto professor, a identidade se molda durante a atuação em sala de aula, visto que, ela é composta durante o seu tempo de formação e durante a prática profissional. Dessa forma, o professor leva um tempo para definir totalmente seu perfil, pois está em constante mudança, tanto pessoal como profissional, por isso é importante a formação continuada.

A identidade docente mencionada anteriormente está ligada à formação continuada do professor como também a prática em sala de aula, que se refere à maneira de como ele vai atuar em sala de aula.

Nesse contexto, existem duas possibilidades: 1) aquele professor que durante sua formação contínua aprende a inovar em suas aulas, que usam ferramentas tecnológicas, entre outros pontos e 2) aqueles que não abrem mão do ensino tradicional, e permanecem sempre nele. Entretanto, ambas são importantes, e o docente em formação deve ter em mente que o alunado está em constante atualização, assim como a educação, e que suas práticas devem estar no mesmo nível que ambos, podendo assim, fazer uma mescla entre ambas.

Desta maneira Delors (2003, p. 160) coloca que:

A qualidade de ensino é determinada tanto ou mais pela formação contínua dos professores, do que pela sua formação inicial... A formação contínua não deve desenrolar-se, necessariamente, apenas no quadro do sistema educativo: um período de trabalho ou de estudo no setor econômico pode também ser proveitoso para aproximação do saber e do saber-fazer.

A fala do autor, traz a importância da formação continuada na vida de um futuro docente, como ela é fundamental para um bom ensino, pois vai colocar o professor

em prática em sala de aula, diferente da formação continuada, temos a formação inicial, que se intitula como o pontapé de todo o processo de formação docente, apresentando a base teórica de todo o estudo.

Tendo em vista que a formação continuada é importante para a formação docente e para uma boa prática em sala de aula, apresentamos então a Base Nacional Comum Curricular - BNCC, cujo conceito em relação a essa formação docente é de total relevância e merece ser discutido nessa pesquisa. Por isso, de acordo com a BNCC:

Formação continuada não é curso, nem palestra. Deve ser algo contínuo, com encontros periódicos que acompanhem o desenvolvimento do professor e a presença de um formador que conheça a realidade da escola e das turmas. Além disso, para aprofundamento e reflexão sobre a prática do dia a dia, a formação deve acontecer na escola e prioritariamente entre pares. Por fim, a formação deve acontecer preferencialmente em serviço, ou seja, durante a carga horária de trabalho do professor, com um espaço físico de estudo e formação garantido (Brasil, 2017, p.5).

Nessa perspectiva da BNCC, a formação continuada vai além de um cursinho, ela é a prática diária da educação e do saber, do aperfeiçoamento docente, e deve ser trabalhada e discutida diariamente pelos profissionais da educação como um todo.

Nesse viés de formação continuada podemos e devemos mencionar que, para ter uma boa formação, as instituições de ensino devem valorizar a classe de professores, apresentando uma base que vise o aperfeiçoamento do saber/fazer, e que tenha como prioridade a criação de programas de estudos que priorize a prática docente em sala de aula, pois o professor só se torna professor colocando seus saberes e habilidades na prática cotidiana.

Essa formação docente em torno do aperfeiçoamento das práticas e teorias em sala de aula está interligada com as políticas educacionais, que busca seguir o acompanhamento da criação de programas de ensino, para capacitação dos professores. Programas como o Programa de Aperfeiçoamento Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), o Observatório da Educação (Obeduc), o Plano Nacional de Professores da Educação Básica (Parfor), que têm como objetivo promover o aperfeiçoamento da prática docente, preparando o professor para melhor atuação em sala de aula e promovendo a valorização desse profissional com a criação de programas com bolsa.

Com base no que foi discutido nesse capítulo, podemos dizer que a formação é de extrema importância para o docente, pois visa a melhoria da prática do ensino em sala de aula, percorrendo assim um vasto caminho de habilidades e conhecimentos adquiridos pelos professores no antes, durante e pós formação.

Apesar de apresentar grandes dilemas para o surgimento e a criação de programas de capacitação para docentes, a formação continuada é a continuação de uma formação inicial, que percorre toda a vida do professor, daquele que se preocupa em adquirir conhecimentos e que procura o melhor ensino/aprendizagem para seus alunos, buscando o melhor para si como docente e o melhor ensino/aprendizagem para o alunado.

Nessa perspectiva, a formação continuada, por mais que tenham grandes lacunas, busca o aperfeiçoamento do ensino inicial docente, visando assim a prática profissional no viés educacional. Essa prática cotidiana docente é a base nessa formação, pois o professor só se torna professor em prática, buscando, se aperfeiçoando, se moldando em torno do fazer/ensinar, adquirindo conhecimentos e habilidades necessárias para a realidade do cotidiano escolar.

### 3.3 OS DESAFIOS NA FORMAÇÃO INICIAL DOCENTE

A formação docente é bastante discutida em nossa sociedade, principalmente nos dias atuais, ela tem como objetivo permitir o docente construir, criar e adquirir conhecimentos durante sua graduação para uma melhor prática profissional, aprimorando cada vez mais seus saberes e gerando um compromisso com a educação, essa ideia é muito presente em pesquisas e estudos sobre a formação, principalmente em sites acadêmicos. Essa formação inicial pode ser vista em programas de aprendizagem, cursos técnicos em educação, e na graduação como um todo, e vem apresentando grandes desafios (que serão discutidos adiante) no decorrer do tempo, fazendo com que o docente tenha mais habilidades em sala de aula.

Nunes (2001, p. 38) fala que:

De certa forma, o repensar a concepção da formação dos professores, que até a pouco tempo objetivava a capacitação destes, através da transmissão do conhecimento, a fim de que 'aprendessem' a atuar eficazmente na sala de aula, vem sendo substituído pela abordagem de analisar a prática que este professor vem desenvolvendo, enfatizando a temática do saber docente e a busca de uma base de conhecimento para os professores, considerando os saberes da experiência.

Essa formação do professor abordada pelo autor visa o aperfeiçoamento do saber docente, como também a capacitação do saber/fazer, adquirir conhecimento e habilidades necessárias para passar por quaisquer desafios que possam surgir em sala de aula. Contudo, o docente deve ir em busca de mais habilidades que irão favorecer não só a sua prática pedagógica, mas o aprimorando de seus saberes docentes, fazendo com que os alunos tenham um bom ensino/aprendizagem.

Convém lembrar que a educação/ensino está em constante transformação, o que implica que o docente também esteja no percurso da mudança, seja na área profissional seja no pessoal, já que ambas são interligadas. Essa transformação implica também na formação do professor, seja ela inicial ou continuada, fazendo com que o docente busque o aprimoramento em suas aulas, sempre em busca do novo. Entretanto, com todas essas mudanças, podem surgir desafios em sala de aula, fazendo com que o profissional coloque em prática suas habilidades e tenha a postura de saber lidar com o caos.

Desafios como: domínio de conteúdo específicos, relação professor aluno, relacionamento com a comunidade escolar: Pais, direção, e alunos e outros profissionais, organização pedagógica com as mudanças de séries e conseqüentemente dos professores, falta de matéria, carga horária de trabalho, manter os alunos motivados, percorrem a prática inicial docente, podendo deixá-lo muitas vezes desmotivado para o ensino.

O exemplo disto é o domínio de conteúdos que está ligado a mudança pedagógica que ocorre todo ano nas escolas, essa junção é um dilema, pois o docente é colocado muitas das vezes em uma disciplina que não é a sua, esse argumento pode ser observado em pesquisas e estudos que são realizados em instituições de ensino, fazendo com que ele procure conhecimentos daquele assunto que não conhece ou que não é de sua formação, ou seja nesse ponto ele não vai ter um domínio do conteúdo, ele vai procurar ter.

Além disso, essa mudança de área influencia na própria formação docente, pois vai fazer com que o docente se desdobre para se habilitar em conteúdo que não esteja em sua formação, para não deixar o aluno exposto a qualquer ensino, e, conseqüentemente, não ter problemas com as demais instâncias do ensino, como a coordenação, direção e demais categorias.

Dessa forma, o docente em formação ou já formado deve percorrer os vastos caminhos do saber, para não ter nenhum problema relacionado ao conteúdo que irá ministrar em sala de aula. Segundo Imbernón (2016, p. 57), “a formação é entendida como um processo de autodeterminação baseado no diálogo, à medida que se implanta um tipo de compreensão compartilhada pelos participantes sobre as tarefas profissionais e os meios para melhorá-las”. As palavras do autor apresentam a ideia de que o docente e o discente devem manter um diálogo, ou seja, uma troca de conhecimento, para assim tornar o ensino cotidiano com melhor eficácia possível, assim ambos são responsáveis no fazer/aprender.

De acordo com Saul (1993, p. 64), os princípios que nortearam o programa de formação permanente de educadores foram os seguintes:

a) o educador é o sujeito de sua prática, cumprindo a ele criá-la e recriá-la; b) a formação do educador deve instrumentalizá-lo para que ele crie e recrie a sua prática através da reflexão sobre o seu cotidiano; c) a formação do educador deve ser constante, sistematizada, porque a prática se faz e se refaz; d) a prática pedagógica requer a compreensão da própria gênese do conhecimento, ou seja, de como se dá o processo de conhecer; e) o programa de formação de educadores é condição para o processo de reorientação curricular; f) os eixos básicos do programa de formação de educadores precisam atender à fisionomia da escola que se quer, enquanto horizonte da nova proposta pedagógica, à necessidade de suprir elementos de formação básica aos educadores e à apropriação, pelos educadores, dos avanços científicos do conhecimento humano que possa contribuir para a qualidade da escola que se quer.

Por isso, colocamos a formação docente em um patamar bastante elevado, pois visa não só o saber do docente, mas também o saber do aluno. A formação percorre toda a vida cotidiana do profissional, e busca trabalhar o lado crítico/reflexivo do futuro professor que irá contribuir com o conhecimento dos discentes no viés social/político/reflexivo, fazendo com que eles aprendam a lidar com o caos da vida não só cotidiana, mas acadêmica.

Por todos esses aspectos mencionado neste capítulo, colocamos a formação inicial como um assunto bastante importante e que deve ser sempre discutido em nossa sociedade, pois visa não só os saberes docentes, mas também o aprendizado dos alunos. Que, independentemente dos percalços do cotidiano escolar, ela percorre um vasto caminho do saber, que deve ser seguido com responsabilidade, respeito, maestria e compreensão por parte dos núcleos envolvidos, nesse caso escola, família, professor e aluno.

### 3.4 EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA FORMAÇÃO INICIAL DOCENTE NO ENSINO DE LE

É preciso pontuar de início a importância do termo educação inclusiva no século XXI, principalmente no sistema educacional, apesar de muitos acreditarem que a educação inclusiva é algo bastante difícil de lidar e de implementar nas escolas como um todo, o caminho não é bem assim. No ambiente escolar a diversidade é enorme e essa inclusão já começa pelo respeito à diversidade, entretanto ela vai muito além só do respeito.

No nosso país a educação inclusiva passou a ser discutida com mais frequência, pois passou a ser inserida no ensino regular de acordo com a Declaração de Salamanca, de 1994, e da lei de Diretrizes e Bases – LDB, de 1996, apresentando assim um grande avanço para a educação inclusiva. Outros fatores primordiais para seu avanço foram através dos documentos, como: Constituição Federativa da República do Brasil, de 1988, que apresentava do Art.205 ao Art.213, pontos importantes para o avanço da inclusão na nossa sociedade.

Assim, no Art. 205 temos, “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (Brasil, 1998, p. 1). Sendo assim, a constituição vai garantir os direitos dos cidadãos como um todo, porém nesse caso específico estamos tratando do aluno com deficiência no meio da educação inclusiva, promovendo assim os direitos à educação de qualidade.

Em segundo, temos a Declaração de Salamanca (1994), citada anteriormente, que tem como objetivo trabalhar os princípios, políticas e práticas inclusivas, e por fim temos a lei das diretrizes e bases-LDB, lei 9394/96, também citada acima, assim todos esses documentos tem como objetivo o avanço da educação inclusiva nas escolas do nosso país.

De acordo com Mantoan (1997, p. 15):

O desafio da inclusão provoca inquietações, e conseqüentemente, a melhoria da educação, portanto, para que os alunos alcancem o direito à educação em sua plenitude, é imprescindível que as escolas aprimorem suas práticas, com o intuito de atender às diferenças.

Desse modo, a educação inclusiva gera um grande desafio para as instituições de ensino. Contudo, é dever dos órgãos implementar a inclusão não só na sala de aula, mas na escola como um todo, respeitando assim a diversidade e diferenças que ali existem. Assim a educação inclusiva, de acordo com a política nacional de educação especial apresenta que:

A educação inclusiva constitui um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis, e que avança em relação à ideia de equidade formal ao contextualizar as circunstâncias históricas da produção da exclusão dentro e fora da escola (Brasil, 2008, p. 5).

Logo, essa ideia sobre a inclusão se remete aos direitos que todos têm na sociedade, nesse caso os direitos das pessoas com deficiência, voltada para a educação em nosso sistema. Desse modo, a concepção sobre a educação inclusiva no viés educativo promulga a igualdade e respeito pelo próximo.

Tendo em vista os aspectos observados sobre a implementação da educação inclusiva nas escolas, é de total relevância mencionarmos que a formação docente está ligada com esse aspecto, pois é dever do professor e de todos que fazem parte do sistema de educação levar para a escola um olhar atento a inclusão, pois ele vai estar em um ambiente diversificado e precisa ter domínio quando se trata em passar conhecimento.

De acordo com Figueiredo (2009, p. 141):

A formação inicial, bem como a formação continuada de professores visando a inclusão de todos os alunos [...] precisa levar em conta princípios de base que os instrumentalizam para a organização do ensino e a gestão da classe, bem como, princípios éticos, políticos e filosóficos que permitam a esses profissionais compreenderem o papel deles e da escola frente ao desafio de formar uma nova geração capaz de responder às demandas do nosso século.

Pode-se afirmar que, tanto a formação inicial como a continuada são pontes para o docente trabalhar a inclusão escolar, já que no decorrer de sua formação, ele vai passar por conhecimentos pelo tema, ou pelo menos deveria já que é uma temática importante e bastante discutida nos dias de hoje. Ter esse conhecimento sobre a inclusão em sala de aula vai favorecer não só o seu currículo, mas proporciona que ele tenha uma prática inclusiva, que vise o desenvolvimento intelectual, pessoal do indivíduo, nesse caso dos alunos.

Assim, o docente por ser um mediador do conhecimento e por ter tido uma formação inicial e contínua que visa a inclusão no ambiente escolar, vai mostrar aos

alunos o caminho que deve seguir e como devem tratar os demais alunos respeitando, assim, a diversidade.

Para aqueles que possuem a deficiência, ter um profissional que saiba lidar com a temática e que utilize de sua prática profissional para mostrar a importância da inclusão, o fará se sentir incluído no sistema de educação, mudando o seu pensar sobre a escola, pois o professor vai tratá-lo por igual, fazendo acontecer o desenvolvimento do ensino/aprendizagem de seus alunos.

De acordo com os autores Lustosa e Melo (2018, p. 102-103) os docentes devem:

- I. Compreensão e a valorização da diferença como própria da natureza e da pluralidade humanas;
- II. Conhecimentos relativos ao desenvolvimento e aprendizagem do aluno com dificuldades significativas e/ou em função da presença de alguma deficiência, em suas especificidades;
- III. Compreensão da dinâmica de organização e da gestão do trabalho pedagógico em sala de aula no atendimento a essa diversidade, bem como mediações relacionadas à aprendizagem de todos os alunos na sala de aula comum, em particular, métodos e técnicas cooperativas e o ensino colaborativo, além dos fundamentos da educação;
- IV. Conhecimento de pesquisas e relatos que abordam processos inclusivos e a legislação;
- V. Compreensão acerca do papel da educação especial na educação inclusiva;
- VI. Conhecimento quanto às barreiras sociais e educacionais que dificultam o processo de inclusão dos sujeitos.

Ou seja, o saber docente está vinculado em uma prática que busque a inclusão em sala de aula, já que o docente irá conhecer uma diversidade de alunos e vai passar seus conhecimentos de forma que todos aprendam por igual. Para que as diferenças não sejam um desafio para o docente formado, essa prática deveria ter o intuito de ensinar com um olhar inclusivo e que perpassa as barreiras do capacitismo no ambiente escolar.

Nesse sentido, a prática inclusiva no ambiente escolar tem um papel importante no ensino/aprendizagem dos alunos, pois o docente por ter uma visão inclusiva irá passar seus saberes e trabalhar a mente dos alunos para que tenham um olhar inclusivo. Assim, de acordo com Mantoan (1999), refletindo sobre o tipo de intervenção adequada a sujeitos com deficiência, desse modo na deficiência intelectual as possíveis intervenções pedagógicas devem estar deliberadamente estruturadas de acordo com a deficiência da criança, fazendo com que o docente busque um ensino de qualidade, dentro da realidade do aluno

Desse modo, o profissional deve, ou pelo menos deveria refletir que em algum momento de sua prática docente irá ensinar aos alunos com deficiência, e ter em mente a importância de incluir em sala de aula. Assim, a fala do autor apresenta a ideia de que o tipo de deficiência requer um ensinamento e um olhar atento ao ensino/aprendizagem do aluno<sup>7</sup>. Embora a reflexão do autor esteja ligada a ensinar um aluno com deficiência intelectual, esse trabalho está pautando o ensino do aluno surdo e como o docente durante sua prática deve ter um olhar mais atento ao passar seu conhecimento para tal, como também a inclusão dele no ambiente escolar.

Em virtude dos fatos mencionados anteriormente, observamos que, tanto a formação inicial como a contínua estão ligadas com educação inclusiva em nossa sociedade, pois visam sempre um olhar e um ensino voltado para a inclusão do aluno com deficiência.

Por esse motivo, podemos adentrar no ensino do espanhol para surdos no viés inclusivo apontando a prática docente inicial como ponta pé desse caminho. Desse modo, o ensino para surdos passa por diversas barreiras e desafios no cotidiano escolar, por isso o docente ou futuro docente deve estar apto para repassar todo o seu conhecimento de forma que o aluno surdo aprenda como os demais. Para isso existe o intérprete em sala, ou pelo menos deveria ter, outro fator seria o próprio professor ser apto para ensiná-lo, assim ele deveria ter o conhecimento de Libras ou a própria formação na língua.

Do ponto de vista do aprender, o surdo tem como L1 a Libras, como já mencionado nesta pesquisa, sua L2 é o português e tendo como uma terceira língua L3 uma língua estrangeira, nesse caso optamos em abordar o espanhol como a L3 do surdo. Entretanto, os desafios são enormes tanto por parte do docente, como por parte da escola e do discente. Esses desafios perpassam toda a vida do aluno surdo e é perceptível no cotidiano escolar quando o discente se depara com um docente que não tem habilidades em Libras e quando a instituição não disponibiliza um intérprete, ou materiais acessíveis para o ensino.

Para ensinar uma língua estrangeira ao surdo, nesse caso o espanhol, o docente deve ter estratégias e habilidades que visem o melhor ensino possível, sabendo que terá que usar a língua de sinais espanhola. O profissional precisa

---

<sup>7</sup> Capacitismo: O termo se refere a uma forma de discriminação e preconceito contra pessoas com deficiência, baseada na crença de que estas pessoas são inferiores, incapazes ou não se encaixam no padrão considerado "normal".

entender que o aluno surdo de primeira terá dificuldade, pois se trata de uma L3, composta por um vocabulário, gramática, cultura e diversidade enorme, por esse motivo é tão importante o docente ter uma formação inicial e continua boa e que vise o aprimoramento do ensino de Libras na educação inclusiva.

Outros pontos que ajudam o aluno surdo no ensino/aprendizagem de uma L3, é a base da sua língua materna, entretanto a maioria dos surdos não têm o domínio da Libras, pois possui um grupo familiar de ouvintes, ou seja, que tem como língua predominante o português, dificultando a aprendizagem dessa L3. Sousa e Silveira (2016, p. 76) enfatizam a importância da aquisição do aprender uma língua estrangeira:

(I) a importância da língua de sinais para o surdo; (II) o conhecimento da língua portuguesa pelo surdo; (III) o respeito à singularidade linguística do surdo; (IV) a presença de estratégias de comunicação, como interlíngua; (V) a habilidade dos surdos com as três línguas envolvidas no processo de ensino de uma L3.

Levando em consideração os aspectos mencionados e as observações dos autores, temos como ponto principal o ensino de uma L3 para alunos Surdos. Para esse ensino aconteça, o docente deve ter não só na teoria, mas também na prática, estratégias, habilidades, conteúdos, materiais, entre outros fatores que ajudem o aluno surdo a aprender a língua estrangeira, nesse caso o espanhol. Por isso, o docente deve levar a sério sua formação, inicial e continuada, pois vai adquirir estratégias de um bom ensino/aprendizagem, principalmente tratando de uma língua estrangeira ou L3.

Vale destacar também a importância de aprender uma L3, pois o docente irá apresentar para o alunado um vasto conhecimento sobre uma nova cultura, novos saberes, novo vocabulário e um novo povo. Esses novos saberes irão favorecer o desenvolvimento intelectual do discente, sabendo que ele já tem domínio da L1 e, conseqüentemente, da L2. Desse modo, o aluno:

Ao conhecer outra(s) cultura(s), outra(s) forma(s) de encarar a realidade, os alunos passam a refletir, também, muito mais sobre a sua própria cultura e ampliam a sua capacidade de analisar o seu entorno social com maior profundidade, tendo melhores condições de estabelecer vínculos, semelhanças e contrastes entre a sua forma de ser, agir, pensar e sentir e a de outros povos, enriquecendo a sua formação (Brasil, 2000, p. 30).

Desse modo, ambos aprendem sobre aquela cultura levando o agir/pensar na sua própria cultura e costumes, favorecendo o ensino aprendizagem do aluno e a formação do docente no viés cultural entre os grupos sociais que ali existem. Assim, aprender uma nova língua e buscar mais conhecimento cultural, social, político e linguístico, fazendo o alunado a refletir sobre o seu modo de pensar sobre o outro e a respeitar a diversidade que existe entre as línguas.

Outro ponto bastante importante sobre essa temática é que o espanhol é a terceira língua mais falada do mundo de acordo com os sites, Wikipédia, iDISC, Quero Bolsa. Dito isso, nosso país faz fronteira com países hispanohablantes, fazendo assim uma junção da língua portuguesa com a língua espanhola, já que existe uma semelhança entre ambas as línguas citadas anteriormente.

De acordo com Junger (2005, p. 44):

[...] pontos de contato (léxico e estruturas morfossintáticas) entre o espanhol e português favorecem também uma aproximação mais imediata ao idioma estrangeiro por parte de nossos alunos, permitindo desde muito cedo o acesso a textos retirados de documentos de uso cotidiano de hispanofalantes, com certo grau de complexidade. Isso pode gerar com frequência uma motivação extra para os aprendizes, que conseguem “fazer coisas” com a língua aprendida ainda em estágios iniciais da aprendizagem.

Assim, o aluno surdo que já tenha o domínio do português como L2 vai presenciar uma determinada semelhança entre as línguas faladas, propiciando a inclusão educacional e cultural no ensino/aprendizado do espanhol para surdos no sistema educacional brasileiro.

Entretanto, para chegar ao nível de excelência do aprender espanhol, o aluno surdo deve ter ajuda de um profissional de qualidade, que procure estimulá-los a aprender a língua da melhor forma possível. E para esse ensino acontecer, o docente deve optar em ter uma boa formação inicial, se aprimorando cada vez mais no pós formação, ou seja, na formação continuada.

Outra preocupação constante ao ensinar o surdo no nosso sistema de educação, é se o professor está apto para ensiná-los, como já mencionado anteriormente, essa preocupação está voltada não só para a formação do profissional, mas se ele vai ter um olhar mais atento a esses alunos, já que a metodologia de ensino é diferente, principalmente para o ensino de uma língua estrangeira. Ensinar o aluno surdo a ler, escrever em uma língua que ele não tenha o domínio é um dos maiores desafios da escola, pois por mais que o docente tenha a preocupação de incluir esse aluno em sala, a didática, a metodologia de ensino, e os materiais, muitas das vezes

não colaboram para que tenham um bom ensino/aprendizagem, essa informação não explícita, entretanto em sites acadêmicos, podem obter informações relevantes sobre a temática.

Nota-se que o ensino de uma L3 para alunos surdos passa por grandes desafios, principalmente o da inclusão em sala de aula. Nesse ponto de vista, é necessário observar que na maioria das instituições a dificuldade vai muito além do da inclusão do aluno surdo, é um professor que não tem a formação, é a falta de empatia, a falta de materiais adequados para o ensino, a falta de infraestrutura. Além desses percalços que percorrem o cotidiano escolar de um aluno surdo, percebe-se também que são poucos decentes que estudam sobre a temática e que têm aquele olhar atento a inclusão, fazendo qualquer tipo de formação e deixando o ensino/aprendizagem desses alunos com uma lacuna no viés educativo, sem contar a falta de políticas públicas, temática já mencionada nesta pesquisa.

## 4 PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS

Neste capítulo iremos abordar o objetivo da pesquisa, a circunstância, como também os colaboradores, os instrumentos utilizados na construção pesquisa e como foi feita a análise da geração de dados no trabalho.

### 4.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

A presente pesquisa se qualifica como bibliográfica, que, para Fonseca (2002, p. 32), é realizada

[...] a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Existem, porém, pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta.

Desta forma, iremos analisar textos publicados por meios escritos e eletrônicos, bem como a legislação vigente no Brasil e no mundo que estejam interligados às temáticas aqui discutidas, a saber: surdez, inclusão, formação de professores.

Neste sentido, a pesquisa foi realizada através de uma abordagem qualitativa, que "[...] preocupa-se com o significado que os indivíduos atribuem à realidade e aos fenômenos estudados, valorizando a subjetividade e o contexto dos participantes" (Minayo, 2014, p. 57). Assim, buscamos compreender as dificuldades enfrentadas pelos professores e explorar as particularidades do ensino de espanhol como língua estrangeira (LE) para alunos surdos, além do foco estar na interpretação desses desafios e na análise dos materiais didáticos disponíveis.

Além disso, o estudo se caracteriza por ser de caráter exploratório, pois "A pesquisa exploratória tem como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, com vistas à formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis" (Gil, 2008, p. 27). E descritivo, que " [...] tem por objetivo observar, registrar, analisar e correlacionar fatos ou fenômenos. Ao contrário da pesquisa explicativa, ela não busca explicar as causas dos fenômenos, mas sim caracterizá-los" (Gil, 2008, p. 42). Desse modo, ambas são baseadas na revisão de literatura e na coleta de dados por meio de entrevistas ou questionários com professores que ensinam espanhol a alunos surdos.

Portanto, essa pesquisa, por ser qualitativa, exploratória e descritiva, vai buscar os meios no qual o docente de língua espanhola passou ou passa na prática para ensinar a língua espanhola a um aluno surdo em sala de aula, através de um levantamento bibliográfico e documental. O que a caracteriza como Pesquisa Bibliográfica, pois:

#### 4.2 CONTEXTO E COLABORADORES DA PESQUISA

A pesquisa foi desenvolvida motivada pela inquietação vivenciada durante a disciplina de Libras na Universidade Estadual da Paraíba - UEPB, no Campus VI, localizada na cidade de Monteiro. Visto que, no decorrer da disciplina, ocorreram dificuldades quanto a aprender os sinais não só em português, mas também no espanhol, a dificuldade em preparar material didático, entre outros pontos.

A última dificuldade citada foi percebida através de uma atividade feita pela professora de Libras, direcionada ao curso de Letras Espanhol, na qual tínhamos que preparar uma atividade em Língua de Sinais Espanhola voltada para surdos, por exemplo uma das questões era sobre os animais, o objetivo era preparar essa atividade na LSE na língua de Sinais Espanhola para os surdos, entretanto foi feita na Libras.

Além dessa inquietação citada anteriormente, tivemos também colaboradores para a pesquisa sobre o processo de aprendizagem da Língua Brasileira de Sinais (Libras), foram alunos e ex-alunos licenciados do curso de licenciatura plena em Língua Espanhola, escolhidos pela proximidade entre pesquisador e pesquisados, o que facilitou o acesso para envio e recebimento das respostas e, principalmente por terem cursado a disciplina durante sua formação inicial.

Desta forma, eles responderam a um questionário contendo treze (13) perguntas. Sendo as duas primeiras para identificação do período que estavam cursando e se já haviam cursado a disciplina de Libras. As demais estavam relacionadas ao percurso da disciplina de Libras, se tiveram dificuldade ou não no decorrer da disciplina, sugestões sobre o que poderia ter sido contemplado na disciplina, mas que não foi, entre outros.

Portanto, essa pesquisa e as respostas dos colaboradores irão mostrar como o docente de língua espanhola perpassa por desafios e conflitos já mencionados anteriormente ao ensinar a Libras ou LSE- Língua de Sinais Espanhola para alunos

surdos no contexto educacional atualmente, respostas essas que serão discutidas nos próximos tópicos.

#### 4.3 PROCESSO DE GERAÇÃO DE DADOS

Foi utilizado como ferramenta de geração de dados um questionário contendo 13 (treze) perguntas objetivas e discursivas. Esse questionário foi desenvolvido através da plataforma *Google Forms*, e disponibilizado pelo aplicativo *WhatsApp* aos 10 colaboradores, e amigos e colegas da universidade, no período de uma semana, somente 7 responderam as questões. O questionário contém perguntas sobre o período em que os colaboradores estão, se já pagaram a cadeira, se já ouviram falar do ensino de espanhol para surdos, como outras demais perguntas que serão discutidos no tópico 5<sup>8</sup>.

A escolha do questionário para geração de dados se justifica por ser “[...] constituído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador” (Marconi; Lakatos, 2003, p. 2000). Assim, o instrumento utilizado nos passa uma segurança, tendo em vista que não precisamos ter contato direto com o pesquisado, ou seja, não há uma influência na resposta. Desse modo, a credibilidade dos atos é concreta, tendo em vista que é usada por muitas pessoas, pois a coleta de dados é rápida.

Desse modo a análise dos conteúdos de acordo com Bardin (2011), se estrutura em estruturada em três fases: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados. As falas dos participantes foram organizadas em categorias temáticas e triangulares com a literatura acadêmica. A pré-análise consiste em planejamento de estudo, seleção de material, entre outros, na exploração temos descrição e leitura do material e por fim os resultados tendo como ponto a criação de categorias temáticas, entre outros pontos.

Com isso, as respostas dos colaboradores nos levam a “[...] levantar opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas” (Gerhardt; Silveira, 2009, p. 69), pois se trata do sentimento individual de cada colaborador e de sua experiência com a disciplina de Libras no ensino de espanhol para alunos surdos.

---

<sup>8</sup>O link de acesso ao questionário pode ser consultado por meio do seguinte endereço eletrônico: [https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSfacQR-u4MU0rpppMDukKv3pvwO5yX03u\\_-j05BwCJ7IsAatA/viewform?usp=header](https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSfacQR-u4MU0rpppMDukKv3pvwO5yX03u_-j05BwCJ7IsAatA/viewform?usp=header)

Assim, no próximo capítulo iremos analisar todos os dados coletados dos colaboradores da pesquisa, colocando suas experiências e vivências de modo que o leitor perceba os desafios enfrentados no ensino de espanhol para surdos, com isso iremos analisar e discutir cada resposta dada pelo licenciado (A) com o máximo de ética e responsabilidade possível quanto a identidade de ambos os colaboradores.

## 5 ANÁLISES E DISCUSSÕES

Neste capítulo, apresentamos a análise dos dados obtidos por meio de um questionário online aplicado a licenciandos do curso de Letras - Espanhol da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), com o objetivo de compreender as experiências vivenciadas pelos estudantes durante a disciplina de Libras e seus reflexos na formação docente, especialmente para o ensino de espanhol a alunos surdos.

Apontados através de uma análise de conteúdos mencionados anteriormente, contendo as três etapas de construção da pesquisa, com o intuito de mostrar como esses desafios são pertinentes na formação inicial docente.

### 5.1 PERFIL DOS PARTICIPANTES

Os dados obtidos por meio do questionário aplicado revelam o perfil acadêmico dos participantes da pesquisa, contendo 5 mulheres e 2 homens entre 22 a 30 anos de idade. Todos são estudantes do curso de Licenciatura Plena em Letras – Espanhol da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), em fase de conclusão do curso. Observou-se que a maioria dos respondentes (87,5%) se encontra no 10º período, ou seja, no último semestre da graduação, o que indica que esses licenciandos já vivenciaram grande parte da formação acadêmica, incluindo a disciplina de Libras.

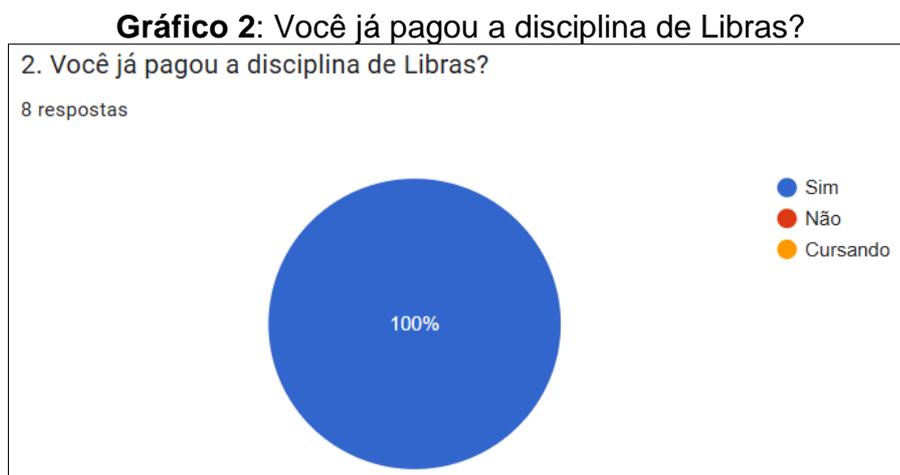
**Gráfico 1:** Período dos participantes



Fonte: Elaboração própria.

Apenas um dos participantes (12,5%) declarou estar no 9º período, também em fase avançada da graduação. Esse recorte de participantes confere maior legitimidade aos dados analisados, visto que são estudantes que passaram por quase todo o percurso formativo e estão mais aptos a refletir criticamente sobre os desafios enfrentados no processo de aprendizagem da Libras e sua relação com a futura prática docente no ensino de espanhol para alunos surdos.

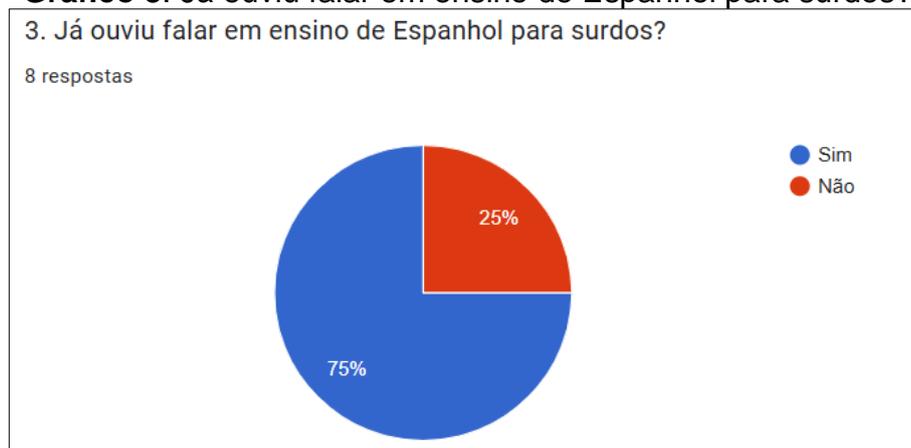
No que se refere ao contato com a disciplina de Libras durante a formação acadêmica, constatou-se que 100% dos participantes afirmaram já ter cursado a disciplina. Esse dado é significativo, pois assegura que todos os respondentes possuem uma base comum de conhecimento sobre a Libras, o que permite uma análise mais uniforme das experiências relatadas.



Fonte: Elaboração própria.

Além disso, o fato de todos já terem concluído a disciplina garante que suas respostas partem de vivências concretas, e não de expectativas ou suposições sobre o conteúdo. Isso reforça a validade das contribuições para a investigação sobre os desafios enfrentados na aprendizagem da Libras e sobre a percepção da formação recebida no que se refere à atuação com alunos surdos no contexto do ensino de língua estrangeira.

No que diz respeito ao conhecimento prévio sobre o ensino de Espanhol direcionado a alunos surdos, os dados revelam que 75% dos participantes já haviam ouvido falar sobre essa temática. Esse resultado sugere que, embora o assunto ainda não esteja consolidado de forma sistemática na formação inicial, há um certo nível de sensibilização e interesse por parte dos licenciandos em relação à inclusão de alunos surdos no ensino de língua estrangeira.

**Gráfico 3:** Já ouviu falar em ensino de Espanhol para surdos?

Fonte: Elaboração própria.

Por outro lado, os 25% restantes que não possuem qualquer familiaridade com o tema evidenciam uma lacuna formativa importante, o que reforça a necessidade de se ampliar os espaços de discussão e aprofundamento dessa questão no currículo do curso de Letras – Espanhol. A exposição dos futuros professores a conteúdos que envolvam práticas inclusivas no ensino de línguas é essencial para que desenvolvam uma postura crítica e propositiva diante dos desafios encontrados em contextos educacionais diversos. De acordo com Moreira (2016, p. 59-87), deve-se ressaltar que a:

educação inclusiva é a aceitação das diferenças, não uma inserção em “sala de aula” e que exige transformações no sistema de ensino, envolvendo o respeito às diferenças individuais, a cooperação entre os alunos, professores capacitados para incluir todos os alunos em todas as atividades escolares e, principalmente, trabalhar a questão do respeito e da dignidade

Desse modo, o autor ressalta a importância da postura e das transformações que ocorrem no sistema educacional, voltados para a inclusão em sala de aula, de como o papel do docente como intermediário nesse ambiente, é importante para aquele (s) alunos, principalmente se tratando de um aluno com deficiência.

## 5.2 CATEGORIA 1: DIFICULDADES VIVENCIADAS NA DISCIPLINA DE LIBRAS

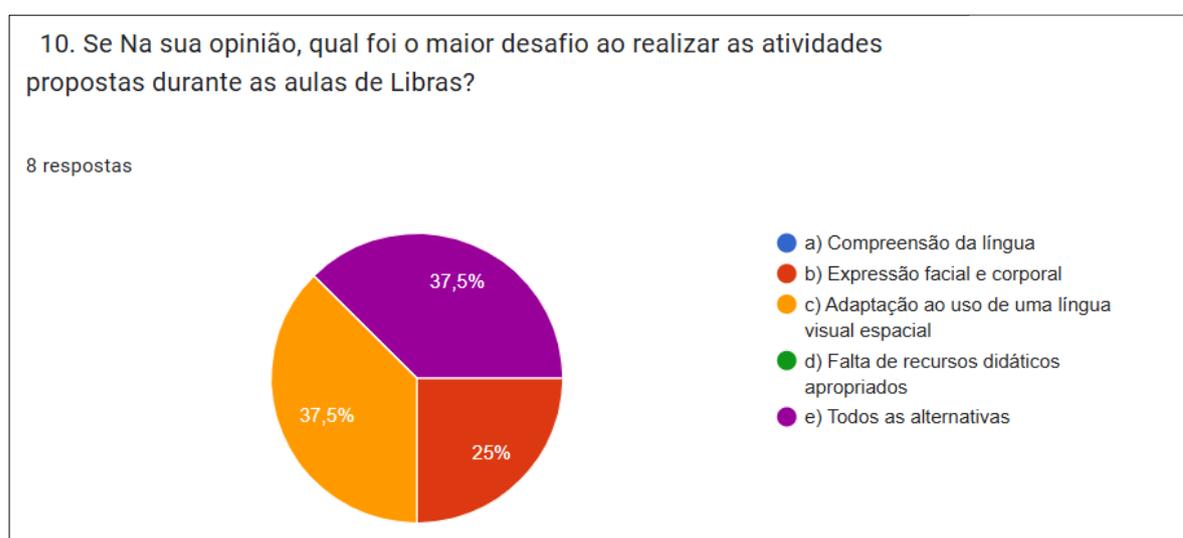
As dificuldades mais citadas estão relacionadas à compreensão da língua, expressão facial e corporal, e adaptação ao uso de uma língua visual-espacial. Muitos relataram também a falta de familiaridade com a comunidade surda.

*"A dificuldade de compreender e memorizar os sinais. A falta de contato com a comunidade surda prejudica bastante." (Colaborador A)*

"Não me sentia segura para sinalizar. A expressão facial foi um grande desafio."  
(Colaborador B)

Essas falas evidenciam o impacto da falta de vivência prática com a comunidade surda. Segundo Strobel (2009, p. 22), a cultura surda é atravessada por percepções visuais e linguísticas próprias, que exigem um olhar pedagógico diferenciado.

**Gráfico 4:** Quais foram os maiores desafios?



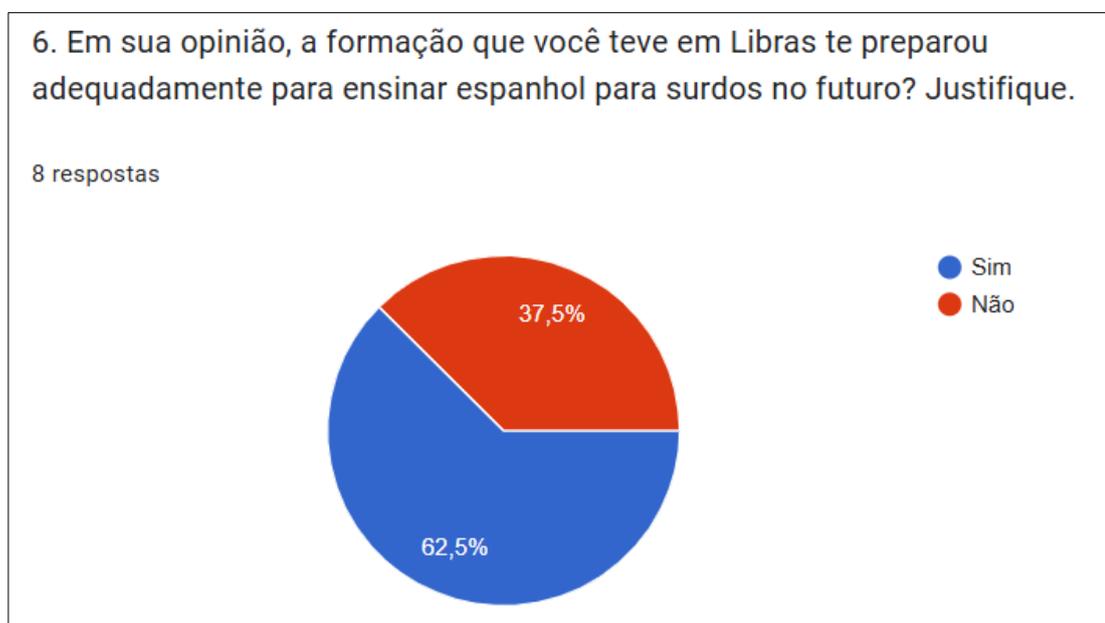
Fonte: Elaboração própria.

Assim os desafios que percorrem o ensino de Libras nas universidades, revelam que os futuros professores têm dificuldades no quesito de adaptação do uso de uma língua visual espacial, compreensão da língua, entre outros pontos que podem ser observados no gráfico acima. De acordo com Keleff (2012, p.12) "Destaca a importância da adaptação de materiais para que os alunos com deficiência visual possam interpretar e visualizar figuras geométricas", por isso a dificuldade dos docentes em adaptar ao uso da língua visual espacial, aos materiais didáticos, para obter um bom ensino como também uma boa prática a esses alunos.

### 5.3 CATEGORIA 2: PERCEPÇÃO SOBRE A FORMAÇÃO RECEBIDA

Quando questionados sobre a preparação que receberam na disciplina de Libras para ensinar espanhol a alunos surdos, 62,5% disseram se sentir preparados, enquanto 37,5% disseram que não.

**Gráfico 5:** Você se sente preparado(a) para ensinar espanhol para surdos?



Fonte: Elaboração própria.

Dentre as justificativas apresentadas, podemos citar:

*"Sim. A disciplina me mostrou a importância de sinalizar e incluir o aluno surdo."*

(Colaborador C)

*"Não. Achei a disciplina muito rápida, senti falta de mais atividades práticas."*

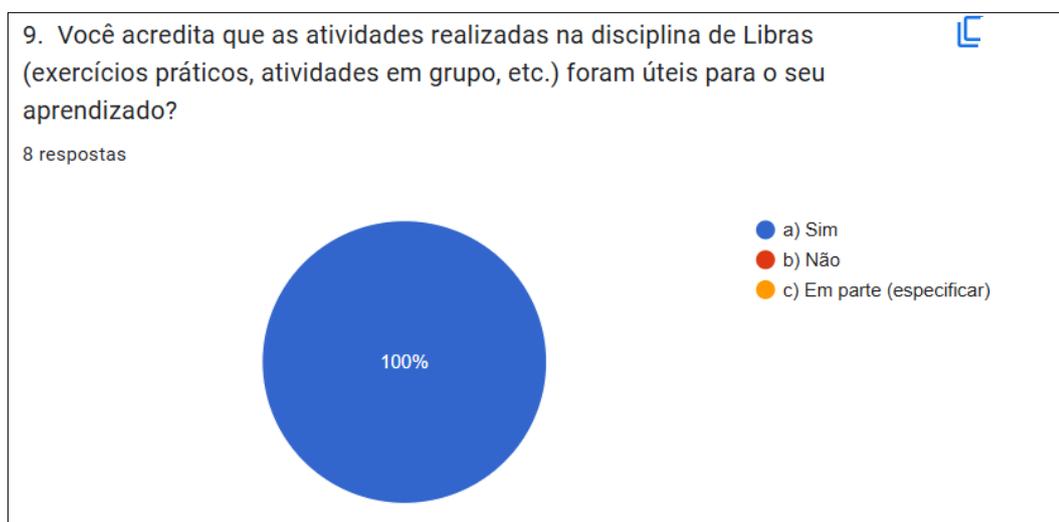
(Colaborador D)

Essa ambiguidade revela um dilema da formação inicial docente. Para Imbernón (2016, p. 157), a formação docente é um processo de compreensão compartilhada, e deve ser contínua, reflexiva e articulada com a realidade, essa realidade emocionada pelo ator está ligada com a prática docente em sala de aula, de como o futuro professor buscou ter uma formação reflexiva sobre o seu papel no ensino/aprendizagem dos alunos.

#### 5.4 CATEGORIA 3: RELEVÂNCIA DA LIBRAS PARA A FORMAÇÃO DOCENTE

A totalidade dos participantes reconhece a importância das atividades realizadas na disciplina de Libras para sua formação, considerando-as úteis para o aprendizado.

**Gráfico 6:** As atividades de Libras contribuíram para o aprendizado?



Fonte: Elaboração própria.

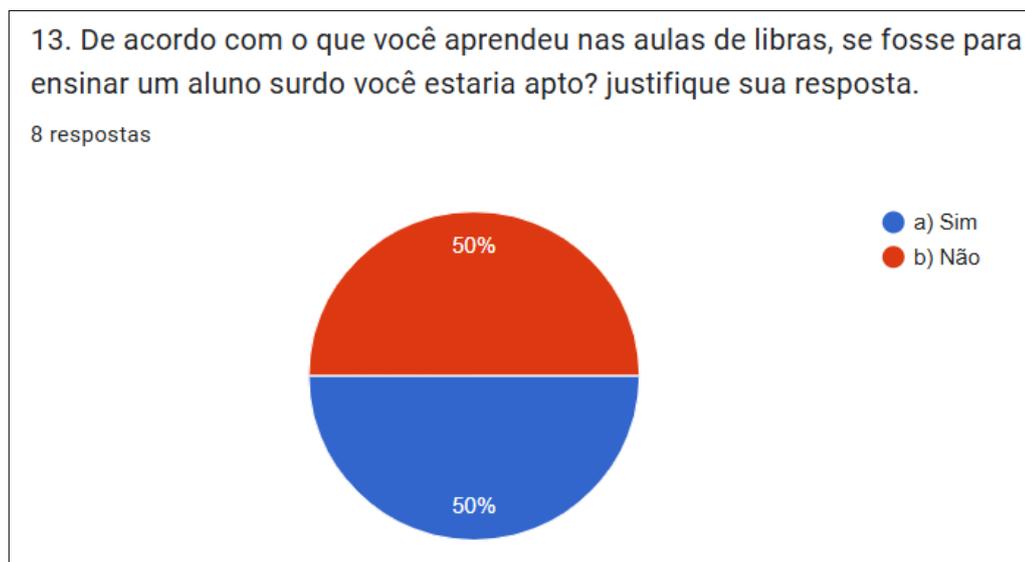
*"Sim. As atividades me fizeram sair da zona de conforto e pensar em acessibilidade." (Colaborador E)*

*"As práticas foram essenciais. A atividade em grupo foi o que mais fixou o conteúdo." (Colaborador F)*

Como afirma Souza (1998), ao se apropriarem da língua de sinais, os sujeitos surdos conquistam espaço de participação e identidade. Isso também se aplica aos futuros professores, que passam a perceber o papel da Libras na mediação pedagógica.

#### 5.5 CATEGORIA 4: SENTIMENTO DE (IN)CAPACIDADE PARA ATUAR COM ALUNOS SURDOS

Na última questão, quando provocados a avaliar se estariam aptos a ensinar alunos surdos com base apenas na disciplina de Libras, os participantes se dividiram igualmente: 50% disseram que sim, 50% disseram que não.

**Gráfico 7:** Você estaria apto(a) a ensinar aluno surdo?

Fonte: Elaboração própria.

*"Ainda tenho dúvidas, mas já entendo a necessidade de adaptar minhas práticas."*

(Colaborador G)

*"Sim, porque entendi a importância da Libras e me senti motivado a continuar aprendendo."* (Colaborador H)

Esses dados reforçam a necessidade de formação continuada e prática. Segundo Pereira (2006, p. 62), é papel do educador incluir o aluno surdo nas atividades propostas, promovendo a interação entre as línguas e a participação conjunta.

Um aluno com surdez pode interagir e participar juntamente com os demais educandos nas atividades da sala de aula regular, fazendo uso dos dois idiomas principais do Brasil, a LIBRAS para os surdos e o português aos ouvintes. Desde que o educador possa incluir esse discente em todas as atividades propostas por ele no desenvolvimento do ensino aprendizagem, sem haver separação de ouvintes e surdos, possibilitando aos alunos a percepção em distinguir a relação da língua falada e escrita como fonte de interação e comunicação entre as pessoas.

Diante de todas as análises realizadas, torna-se evidente que a disciplina de Libras, embora fundamental para a formação docente, ainda apresenta limites que precisam ser superados, limites como a prática constante, o aperfeiçoamento, a conduta em sala de aula, a preparação de materiais adequados para a classe.

A formação inicial, por si só, não é suficiente para garantir uma prática pedagógica inclusiva, especialmente quando se trata do ensino de uma língua estrangeira a alunos surdos. É necessário que os futuros professores de espanhol compreendam a Libras, não apenas como um conteúdo curricular, mas como um instrumento de acessibilidade é um direito linguístico dos surdos.

Nesse contexto, os resultados desta pesquisa apontam para a urgência de refletir sobre políticas formativas mais amplas e integradas, que promovam a inclusão real no espaço educacional. Com base nessas reflexões, passamos agora às considerações finais deste trabalho.

## 6 CONCLUSÃO

A trajetória das pessoas surdas ao longo da história é marcada por exclusões, silenciamentos e lutas. Por muitos séculos, a surdez foi vista como incapacidade, e os sujeitos surdos foram invisibilizados no convívio social e educacional. Com a valorização da Libras como língua legítima e com a consolidação de políticas de inclusão, novos horizontes começaram a se abrir para esse grupo social.

Este trabalho buscou compreender os desafios enfrentados pelos licenciandos do curso de Letras – Espanhol no processo de aprendizagem da Libras, com foco em como essa formação impacta sua prática docente futura, sobretudo no ensino de espanhol para alunos surdos. Partindo de uma abordagem qualitativa, descritiva e exploratória, os dados foram gerados por meio de questionário online, respondido por licenciandos do Campus VI da UEPB.

A análise dos dados, baseada na técnica de Análise de Conteúdo (Bardin, 2011), permitiu identificar quatro categorias principais: (1) Dificuldades vivenciadas na disciplina de Libras; (2) Percepção sobre a formação recebida; (3) Relevância da Libras para a formação docente; e (4) Sentimento de (in)capacidade para atuar com alunos surdos.

Os resultados apontam que, apesar das limitações enfrentadas — como a falta de vivência com a comunidade surda, dificuldades com a estrutura da Libras e escassez de recursos didáticos —, os participantes reconhecem a disciplina como essencial para sua formação. Muitos se sentem aptos a ensinar alunos surdos, embora ressaltem a necessidade de uma formação continuada mais robusta, prática e contextualizada.

Verificou-se, portanto, que a formação inicial em Libras é um ponto de partida importante, mas ainda insuficiente para assegurar a plena inclusão. A disciplina provoca reflexões, estimula a empatia e revela ao futuro docente a necessidade de adaptar suas práticas pedagógicas à realidade de alunos surdos, compreendendo não apenas a língua, mas também a cultura e identidade surda.

Além disso, ficou evidente que o ensino de uma terceira língua (espanhol) para alunos surdos exige mais do que domínio linguístico. Requer sensibilidade cultural, planejamento didático inclusivo e constante atualização. Como destacou Strobel (2009), incluir o aluno surdo é também compreender seu modo de ver o mundo e adaptar o ambiente escolar às suas percepções visuais e experiências sociais.

Conclui-se, assim, que a formação de professores precisa estar em sintonia com os princípios da educação inclusiva, valorizando a Libras como ferramenta de mediação e promovendo práticas pedagógicas acessíveis e humanizadas. A formação docente deve, portanto, ser contínua, reflexiva e comprometida com a diversidade.

Por fim, esta pesquisa representa apenas um ponto de partida. A temática abordada ainda possui muitos caminhos a serem explorados. Sugere-se que outros estudos aprofundem as práticas pedagógicas de ensino de línguas para surdos, especialmente no campo das línguas estrangeiras, ampliando o diálogo entre formação docente, inclusão e acessibilidade linguística.

## REFERÊNCIAS

ALENCAR, Rosy Mikaely Gomes “et al”. **Alfabetização Infantil: barreiras encontradas por alunos surdos no ensino**. Publicado em: (2021). Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/2161>. Acesso em: 28 de nov. de 2024

BÁFICA, Ana Paula Souza. **Educação Inclusiva: Uma análise sobre inclusão escolar**. Publicado em: (2012). Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/14518>. Acesso em: 10 Dez de 2024

BERNARDO, Fábio Garcia. **Recursos e adaptação de materiais didáticos para a inclusão de alunos com deficiência visual no ensino de Matemática**. Publicado em: (2017). Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/16/26/recursos-e-adaptacao-de-materiais-didaticos-para-a-inclusao-de-alunos-com-deficiencia-visual-no-ensino-de-matematica>. Acesso em: 06 Jun de 2025

BIBLIOTECA VIRTUAL da Saúde. **SURDEZ**. Publicado em: (2017). Disponível em: <https://bvsmis.saude.gov.br/surdez-3/>. Acesso em: 25 Out 2024.

BIGOGNO, Paula Guedes. **Cultura, Comunidade e Identidade Surda: o que querem os surdos**. Publicada em: (2010). Disponível em: <https://www2.ufjf.br/graduacaocienciassociais/files/2010/11/Cultura-Comunidade-e-Identidade-Surda-Paula-Guedes-Bigogno.pdf>. Acesso em: 04 Out 2024

BRADDOCK, D. L.; PARISH, S. L. An institutional history of disability. In: ALBRECHT, G. L.; Seelman, K. D.; Bury, M. (Eds.). **Handbook of disability studies**. Thousand Oaks: Sage, 2001. p. 11-6

CORREIA, Marinéz Luiza. **A formação inicial do professor: os desafios e tensões que a prática pedagógica impõe**. Publicado em: (2008). Disponível em: <https://revistas.unicentro.br/index.php/analecta/article/viewFile/1717/1546>. Acesso em: 03 Dez 2024

FERNANDES, Edison Guella “et al”. **EXERCÍCIO DE REFLEXÃO SOBRE A FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES NO CONVÍVIO DE BOLSISTAS DO PIBID**. Publicado em: 2020. Disponível em: [https://ifrs.edu.br/bento/wp-content/uploads/sites/13/2020/01/Exerc%C3%ADcio-de-reflex%C3%A3o-sobre-forma%C3%A7%C3%A3o-continuada-Pibid\\_F%C3%B3rum-Paulo-Freire.pdf](https://ifrs.edu.br/bento/wp-content/uploads/sites/13/2020/01/Exerc%C3%ADcio-de-reflex%C3%A3o-sobre-forma%C3%A7%C3%A3o-continuada-Pibid_F%C3%B3rum-Paulo-Freire.pdf). Acesso em: 07 Nov de 2024

FLORES, Ana Maria Rodrigues. **A Educação Inclusiva numa Perspectiva da Teoria Mantoan**. Publicado em: (2022). Disponível em: <https://dspace.uniceplac.edu.br/bitstream/123456789/2178/1/Ana%20Maria%20Rodrigues%20Flores.pdf>. Acesso em: 15 Jul 2024.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008. Disponível em: <https://ayanrafael.com/wp-content/uploads/2011/08/gil-a-c-mc3a9todos-e-tc3a9cnicas-de-pesquisa-social.pdf> Acesso em: 26 Mar de 2025

HAHN, Ana Rita Oliveira “et al”. **O Bilinguismo Aplicado à Educação Especial de Surdos**. Publicado em: (2009). Disponível em: [https://www.ufrgs.br/psicoeduc/wiki/index.php/O\\_BILINGUISMO\\_APLICADO\\_%C3%80\\_EDUCA%C3%87%C3%83O\\_ESPECIAL\\_DE\\_SURDOS](https://www.ufrgs.br/psicoeduc/wiki/index.php/O_BILINGUISMO_APLICADO_%C3%80_EDUCA%C3%87%C3%83O_ESPECIAL_DE_SURDOS) Acesso em: 19 Set 2024

KUBASK, Cristiane “et al”. **O Bilinguismo como proposta educacional para crianças surdas**. Publicado em: (2009). Disponível em: [http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/artigos\\_edespecial/biliguinguismo.pdf](http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/artigos_edespecial/biliguinguismo.pdf) Acesso em: 18 Set 2024

LACERDA, Cristina Broglie Feitosa. **A inclusão Escolar de Alunos Surdos: O que dizem alunos, professores e intérpretes sobre esta Experiência**. Publicado em: (2006). Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccedes/a/KWGSm9HbzsYT537RWBnBcFc/?format=pdf&lang=https://www.scielo.br/j/ccedes/a/KWGSm9HbzsYT537RWBnBcFc/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 03 Set 2024

LOPES, Larissa. **O PAPEL DO INTÉRPRETE DE LIBRAS NO CONTEXTO ESCOLAR**. Publicado em: (2020). Disponível em: <https://www.usf.edu.br/galeria/getImage/768/100819248093914.pdf>. Acesso em: 27 Set 2024

MACEDO, Yuri Miguel. **Arte e Educação na Cultura Surda**. Disponível em: <https://periodicos.ufam.edu.br/index.php/dcae/article/view/9151/7289>. Acesso em: 23 Out 2024

MAYER, Luana Francine. **As práticas pedagógicas e a autonomia de professores no contexto de ensino bilíngue de elite**. Publicado em: 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/Csv9BRscFdqRgMxGqBbdZbQ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 17 Set 2024.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014. Acesso em: 26 Mar 2025

MONTEIRO, Willmara Marques “et al”. **A Formação Continuada: ressignificando o saber docente através dos Recursos Educacionais Abertos**. Publicado em: 2017. Disponível em: <https://tecedu.pro.br/wp-content/uploads/2017/07/Art20-vol19-julho2017.pdf>. Acesso em: 06 Nov de 2024.

NASCIMENTO, Pedro Vinicius França “et al”. **Surdez e Educação Inclusiva: Um desafio Contemporâneo**. Publicado em:(2018). Disponível em:[https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2018/TRABALHO\\_EV117\\_MD1\\_SA10\\_ID3197\\_27082018184757.pdf](https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2018/TRABALHO_EV117_MD1_SA10_ID3197_27082018184757.pdf). Acesso em: 14 Jul 2024.

NETO, Francisco de Acací Viana. **Identidade e Cultura Surda**: Mãos que Contam a História de Vida de um Surdo da Asmo/ Mossoró. Disponível em: [https://www.uern.br/controladepaginas/edicao-atual-arquivos/367817\\_artigo\\_identidade\\_e\\_cultura\\_surda\\_acaca%C2%AD\\_jozilene\\_e\\_mifra\\_\(1\).pdf](https://www.uern.br/controladepaginas/edicao-atual-arquivos/367817_artigo_identidade_e_cultura_surda_acaca%C2%AD_jozilene_e_mifra_(1).pdf). Acesso em: 25 Out 2024.

NOGUEIRA, Emanuela Pinheiro “et al”. **A IMPORTÂNCIA DA LIBRAS**: UM OLHAR SOBRE O ENSINO DE QUÍMICA A SURDOS. Publicado em: (2018). Disponível em: <https://ienci.if.ufrgs.br/index.php/ienci/article/view/861>. Acesso em: 20 Set 2024

OLIVEIRA, Marcela Crislane Conceição. **A IMPORTÂNCIA DO INTÉRPRETE DE LIBRAS NA SALA DE AULA**. Publicado em: (2021). Disponível em: [https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/cintedi/2020/TRABALHO\\_EV137\\_M D1\\_SA7\\_ID640\\_28102020214833.pdf](https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/cintedi/2020/TRABALHO_EV137_M D1_SA7_ID640_28102020214833.pdf). Acesso em: 23 de Set 2024

OLIVEIRA, Wanderlei Gomes “et al”. **O Ensino de espanhol para estudantes surdos**: reflexão, formação e prática docente. Publicado em: (2024). Disponível em: <https://ojs.studiespublicacoes.com.br/ojs/index.php/cadped/article/view/3923/2774>. Acesso em: 12 Dez de 2024

PERLIN, G. T. T. Identidades surdas. In: SKLIAR, C. (Org.). **A surdez**: um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Mediação, 1998.

PESSOA, Ana Paula Simões. **Educação Bilíngue**: Transpondo Conceitos. Publicado em: (2019). Disponível em: <file:///C:/Users/TRABALHO/Downloads/susylene,+Artigo+8+--+95-106.pdf>. Acesso em: 12 de Set 2024

REGES, Maria Auricélia Gadelha “et al”. **Educação e formação docente**: Uma visão a partir de Paulo Freire. Publicado em: (2021). Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/reveducpop/article/view/61983/32601>. Acesso em: 06 Dez de 2024.

RIBEIRO, Disneylândia Maria “et al”. **A educação inclusiva no contexto da formação inicial de professores(as)**: notas reflexivas. Publicado em: (2023). Disponível em: <https://periodicos.ufpi.br/index.php/cedsd/article/view/4554/3930>. Acesso em: 10 Dez de 2024

RODRIGUES, Carolina Braz Carlan. **FORMAÇÃO CONTINUADA**: percepções docentes sobre as contribuições de processos formativos contínuos. Publicado em: (2022). Disponível em: <https://revistas.unijui.edu.br/index.php/contextoeducacao/article/view/12396/7047>. Acesso em: 20 de Nov de 2024

RODRIGUES, Polyana Marques Lima “et al”. **A IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA**: A ARTE DE ENSINAR E O FAZER COTIDIANO. Publicado em: (2017). Disponível em: <https://maceio.al.gov.br/uploads/documentos/3-A-IMPORTANCIA-DA-FORMACAO-CONTINUADA-DE-PROFESSORES-DA-EDUCACAO-BASICA-A-ARTE-DE-ENSINAR-E-O-FAZER-COTIDIANO-ID.pdf>. Acesso em: 14 de Nov de 2024

SANDER, Ricardo Ernani, “et al”. **História da Educação dos Surdos**. Publicada em: (2015). Disponível em: [https://www.libras.ufsc.br/colecaoLetrasLibras/eixoFormacaoEspecificahistoriaDaEducacaoDeSurdos/assets/258/TextoBase\\_HistoriaEducacaoSurdos.pdf](https://www.libras.ufsc.br/colecaoLetrasLibras/eixoFormacaoEspecificahistoriaDaEducacaoDeSurdos/assets/258/TextoBase_HistoriaEducacaoSurdos.pdf). Acesso em: 12 Jul 2024

SAUL, Ana Maria “et al”. **Contribuições de Paulo Freire para a formação de educadores**: fundamentos e práticas de um paradigma contra hegemônico. Publicado em: (2016). Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/TwJbgsR75ttGMwYnjJ4mc9B/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 06 de Dez de 2024

SILVA, Caroline Rodrigues da. **ENSINO DE LÍNGUA ESPANHOLA PARA SURDOS BRASILEIROS**. Publicado em: (2022). Disponível em: <https://pantheon.ufrj.br/bitstream/11422/18422/1/CRSilva.pdf>. Acesso em: 13 Dez de 2024

SILVA, Elaíña Cássia Ferreira. **INCLUSÃO SOCIAL DE PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS NO MERCADO DE TRABALHO: CASO CAST INFORMÁTICA S.A.** Publicado em: (2008). Disponível em: <https://repositorio.uniceub.br/jspui/bitstream/123456789/970/2/20451127.pdf>. Acesso em: 15 Jul 2024

SILVA, Francyne Monick Freitas da. **A EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA FORMAÇÃO INICIAL DO PEDAGOGO: O DESAFIO NO CURRÍCULO DOS FUTUROS PROFESSORES**. Publicado em: (2019). Disponível em: [https://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2019/TRABALHO\\_EV127\\_MD1\\_SA10\\_ID5063\\_19052019225457.pdf](https://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2019/TRABALHO_EV127_MD1_SA10_ID5063_19052019225457.pdf). Acesso em: 09 Dez de 2024

SILVA, Moisés Garcês. **O PAPEL DO INTÉRPRETE/INSTRUTOR DE LIBRAS NA INCLUSÃO DE ALUNOS SURDOS EM SALAS REGULARES**: uma experiência no município de São Bernardo – MA. Publicado em: (2019). Disponível em: [https://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2019/TRABALHO\\_EV127\\_MD1\\_SA11\\_ID8153\\_09072019102333.pdf](https://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2019/TRABALHO_EV127_MD1_SA11_ID8153_09072019102333.pdf). Acesso em: 23 Set 2024

SILVA, Naiane Cristina. **Compreendendo o Processo de Inclusão Escolar no Brasil na Perspectiva dos Professores**: Uma Revisão Integrativa. Publicado em: (2017). Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/5QWT88nTKPL4VMLSGRG7dSM/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 06 de Jun de 2025

SOARES, H26 Elaine Simões. **A BNCC E A FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES**. Publicado em: (2022). Disponível em: [https://educacaopocos.com.br/Anais/ANAIS%202022/05%20-%20230720\\_a-bncc-e-a-formao-continuada-de-professores.pdf](https://educacaopocos.com.br/Anais/ANAIS%202022/05%20-%20230720_a-bncc-e-a-formao-continuada-de-professores.pdf). Acesso em: 19 de Nov de 2024

SOUZA, Katarine Lapuente “et al”. **A educação inclusiva na formação inicial docente**: análise dos projetos pedagógicos do curso de licenciaturas. Publicado em: (2023). Disponível em:

<https://periodicos.claec.org/index.php/relacult/article/view/2366/1622>. Acesso em: 10 Dez de 2024

STROBEL, Karin. **História da Educação dos Surdos**. Publicada em:(2009). Disponível em: História Educação Surdos.pdf. Acesso em: 21 abr. 2024

TEIXEIRA, Maria da Conceição Almeida. **ADAPTAÇÃO DE ATIVIDADES DO LIVRO DIDÁTICO DE ESPANHOL PARA ALUNOS SURDOS NO ENSINO MÉDIO**. Publicado em: (2020). Disponível em: <https://anpae.org.br/simposio26/1comunicacoes/MariadoCarmoLobatodaSilvaComunicacaoOral-int.pdf>. Acesso em: 26 de Nov de 2024

## APÊNDICE A- QUESTIONÁRIO APLICADO AOS COLABORADORES

1. Em que período você se encontra?
2. Você já pagou a disciplina de Libras?
3. Já ouviu falar em ensino de Espanhol para surdos?
4. Quais são as principais dificuldades que você enfrenta/enfrentou durante a disciplina de Libras?
5. Quais habilidades você acredita que os futuros professores de espanhol devem desenvolver na disciplina de Libras para atuar de forma eficiente no ensino de surdos?
6. Em sua opinião, a formação que você teve em Libras te preparou adequadamente para ensinar espanhol para surdos no futuro? Justifique.
7. Quais estratégias você acredita que poderiam melhorar o aprendizado de Libras para futuros licenciados de espanhol?
8. De que maneira a falta de familiaridade com a comunidade surda afetou seu aprendizado em Libras?
9. Você acredita que as atividades realizadas na disciplina de Libras (exercícios práticos, atividades em grupo, etc.) foram úteis para o seu aprendizado?
10. Se na sua opinião, qual foi o maior desafio ao realizar as atividades propostas durante as aulas de Libras?
11. Quais foram as maiores dificuldades que você enfrentou ao aprender Libras durante o curso de Licenciatura em Língua Espanhola?
12. Você considera que a disciplina de Libras é relevante para sua formação como futuro professor de espanhol? Justifique sua resposta.
13. De acordo com o que você aprendeu nas aulas de libras, se fosse para ensinar um aluno surdo você estaria apto? justifique sua resposta.

**APÊNDICE B- TERMO DE CONSENTIMENTO AOS COLABORADORES**

## Pesquisa acadêmica - Ensino de Espanhol para sujeitos Surdos

**B** *I* U ↻ ✕

Prezado(a) participante,

Este formulário faz parte da pesquisa acadêmica intitulada "**PREPARAR PARA ENSINAR: OS DESAFIOS NA FORMAÇÃO INICIAL DOCENTE PARA O ENSINO DE ESPANHOL PARA SURDOS**", desenvolvida por **Marília Martins**, aluno do curso de **Licenciatura Plena em Letras/Espanhol** da **Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, Campus Monteiro**, sob a orientação da **Profa. Esp. Kívia Karla de Figueiredo Marinho**.

Analisar os desafios enfrentados pelos licenciados do curso de Licenciatura Plena em Língua Espanhola no processo de aprendizagem da Língua Brasileira de Sinais (Libras) durante sua formação inicial.

Os dados coletados serão utilizados **exclusivamente para fins acadêmicos e científicos**, garantindo total sigilo e anonimato das respostas. A participação é voluntária, e o(a) participante pode se recusar a responder às questões ou interromper sua colaboração a qualquer momento, sem prejuízo algum.

Caso tenha dúvidas ou precise de mais informações, entre em contato com o pesquisador através do e-mail: **marilia.martins@aluno.uepb.edu.br**.

Ao prosseguir com o preenchimento deste formulário, você confirma que leu e compreendeu as informações acima e concorda em participar desta pesquisa.

Agradecemos sua colaboração!

**Monteiro, 11/04/2025**

**Marília Martins**  
Pesquisadora

Este formulário está coletando automaticamente os e-mails de todos os participantes. [Alterar configurações](#)

Link: [https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSfacQR-u4MU0rpppMDukKv3pvwO5yX03u\\_-j05BwCJ7IsAatA/viewform?usp=header](https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSfacQR-u4MU0rpppMDukKv3pvwO5yX03u_-j05BwCJ7IsAatA/viewform?usp=header)